

Estratégia Alimenta Cidades

Briefing dos Desafios

Soluções que Alimentam 2026

Encontre o desafio que combina com sua solução
e veja o que ela precisa demonstrar para funcionar
em diferentes municípios.



Edital nº 253/2026 ·

Idealização: MDS · Realização: Enap · Apoio: Impact Hub Brasil

7 Desafios de inovação · 22 frentes de atuação 7 perfis de implementação · 1.102 municípios

Comece aqui: veja se este convite combina com sua solução

Este briefing apresenta problemas públicos concretos e ajuda você a localizar onde sua solução pode gerar valor. As regras de participação ficam no Guia do Participante e no Edital.

Este briefing é para você se...

- ▶ já desenvolveu uma solução que existe na prática e pode ser demonstrada;
- ▶ atua como empreendedor social, cooperativa, associação, OSC, startup ou negócio tecnológico de impacto;
- ▶ consegue explicar o problema enfrentado, apresentar evidências e adaptar a solução às condições de um município.

Você não precisa ter um aplicativo nem se identificar como startup. A inovação pode estar na tecnologia, no método, no serviço ou na forma de organizar o trabalho.

Documento	Use para responder
Briefing dos Desafios	Qual problema minha solução enfrenta? Quem sente esse problema? Em quais condições ela precisa funcionar?
Manual do Participante	Quem pode participar? Quais são as regras, os prazos, os critérios e o passo a passo da inscrição?

Como usar este briefing

- ▶ Escolha o Desafio pelo principal resultado que sua solução entrega.
- ▶ Leia o problema, os dados e quem sente seus efeitos no dia a dia.
- ▶ Teste a solução nos diferentes contextos de implementação.
- ▶ Mostre evidências, resultados esperados, custos e adaptações necessárias.



Entenda o convite

O que o desafio “Soluções que Alimentam 2026” reconhece?

O Selo de solução inovadora “Soluções que Alimentam 2026” reconhece soluções aderentes aos desafios da agenda alimentar urbana e com condições concretas de aplicação em diferentes realidades municipais.

O selo de solução inovadora integra a frente de inovação aberta da Estratégia Alimenta Cidades, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). No ciclo Alimenta Cidades +1000, ele aproxima desafios municipais de soluções tecnológicas, sociais, organizacionais, metodológicas ou de serviço.

Este briefing transforma demandas municipais em perguntas abertas. Use-o para entender onde o sistema alimentar falha, quem sente os efeitos e que mudança sua solução precisa produzir. Os dados disponíveis ajudam a revelar a dimensão e a distribuição dos desafios, mas não capturam toda a complexidade dos sistemas alimentares municipais. Em muitos casos, sabemos quantos municípios possuem determinada política, equipamento ou iniciativa, mas ainda sabemos pouco sobre escala, qualidade, custo, regularidade, alcance territorial e resultados. Por isso, os números apresentados neste briefing devem ser lidos como **sinais da dimensão do problema — e não como sua medida completa**.

Os sete Desafios partem desses sinais para enfrentar uma questão maior: **como transformar sistemas alimentares municipais para que produzir, comprar, distribuir e consumir alimentos adequados e saudáveis seja mais viável, acessível, resiliente e sustentável?**

Fio condutor da leitura

Em cada Desafio, siga a mesma sequência: reconheça a tensão concreta, leia as evidências, identifique as pessoas e instituições envolvidas, escolha o desafio e mostre como sua solução muda o fluxo. Ao final, use a curadoria de dados, guias e normas para aprofundar a proposta.

A boa solução não é necessariamente a mais complexa. É aquela que combina impacto, viabilidade e capacidade de adaptação às condições reais do território.



Limite do reconhecimento

O Selo de solução inovadora “Soluções que Alimentam 2026” reconhece a solução avaliada segundo critérios públicos. Não representa priorização municipal, garantia de teste, contratação, financiamento, homologação sanitária, certificação regulatória ou endosso comercial.

Em caso de divergência, prevalecem o Edital e os comunicados oficiais publicados na Plataforma Desafios (<https://desafios.enap.gov.br>).

De onde vêm estes desafios?

Os desafios de inovação aberta nasceram da ampliação da Estratégia Alimenta Cidades para mais mil cidades. Nela, os municípios participantes analisaram seus sistemas alimentares, priorizaram problemas, aprofundaram temas com apoio técnico e mentorias.

A jornada foi organizada em seis movimentos:

Movimento	O que o município constrói
Despertar	Compreensão da Estratégia, mobilização da equipe e ativação de atores e parceiros locais.
Plantar	Reconhecimento do sistema alimentar local e das bases institucionais necessárias para avançar.
Germinalar	Diagnóstico dos problemas, mapeamento dos desafios e priorização das agendas centrais.
Crescer	Aprofundamento dos problemas priorizados, intercâmbio entre cidades e conexão com soluções possíveis.
Florescer	Adaptação de caminhos e soluções ao contexto local, com apoio técnico e mentorias especializadas.
Amadurecer e colher	Rota de implementação com ações, responsáveis, prazos, governança e indicadores de acompanhamento.



Como o selo de solução inovadora se conecta à jornada

O Selo de Solução Inovadora conecta desafios identificados pelos municípios a soluções que já existem e funcionam na prática.

As soluções que atingirem os critérios mínimos de avaliação receberão o selo e serão apresentadas aos 1.102 municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades. **Cada município poderá conhecer as soluções reconhecidas e priorizar aquelas de seu interesse para a estruturação de possíveis arranjos de teste.**

Referência institucional: MDS/SESAN, materiais da Jornada Alimenta Cidades +1000 (2026–2027).

Sua solução não precisa ser digital

O que importa é a solução existir na prática, responder a um problema público e apresentar evidências. Ela pode combinar diferentes formas de inovação:

- ▶ **Tecnológica:** sistemas, equipamentos, aplicativos, bioinsumos e infraestrutura.
- ▶ **Social:** formas de mobilização, cuidado, cooperação e trabalho nos territórios.
- ▶ **Organizacional:** modelos de gestão, fluxos de trabalho e governança.
- ▶ **Metodológica ou de serviço:** protocolos, formação, atendimento, operação e manutenção.

Como os temas e desafios estão organizados

Termo	Como ler
Desafio	Campo amplo do sistema alimentar municipal. O briefing reúne sete.
Pergunta auxiliar	Pergunta aberta dentro do Desafio. Há três por Desafio, totalizando 21.
Exemplo de caminho	Possibilidade tecnológica, social, organizacional, metodológica ou de serviço. É uma referência, não um limite.

Os sete desafios derivam dos temas das mentorias oferecidas aos municípios (Compras Públicas, Agricultura Urbana e Periurbana, Transição Agroecológica, Rede de Abastecimento, Perdas e Desperdícios de Alimentos; Equipamentos Multifuncionais de Segurança Alimentar e Nutricional (eqSAN) e Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Os sete desafios foram aprofundados à luz dos diagnósticos, das oficinas regionais e das condições de implementação encontradas nos territórios.

Mudanças climáticas atravessam os sete desafios

Embora a resiliência climática apareça de forma mais explícita no desafio 3, a crise climática não constitui um campo isolado. Seus efeitos sobre água, produção, sazonalidade, preços, logística, infraestrutura, saúde e acesso aos alimentos devem ser considerados em todos os desafios.

Consulte no Manual do Participante :

Regras de elegibilidade, cronograma, avaliação, documentos, envio e uso do selo de solução inovadora ficam no Guia do Participante, disponível na Plataforma Desafios (<https://desafios.enap.gov.br>). Este briefing não as repete.



Encontre seu ponto de entrada

Desafios	Pergunta principal
1. Compras públicas de alimentos e governança das aquisições Demanda pública, fornecedores e logística das aquisições · p. 19–24	Como ampliar as compras públicas da agricultura familiar nas cidades, indo além do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)?
2. Agricultura urbana e periurbana Produção local, água, solo, assistência técnica e institucionalização · p. 25–31	Como podemos reconhecer, fortalecer e ampliar as agriculturas urbanas e periurbanas que promovem a agrobiodiversidade, considerando a diversidade de formas, espaços e sujeitos que produzem alimentos nas cidades e em seu entorno?
3. Transição agroecológica e resiliência climática Práticas agroecológicas da produção ao consumo, ATER e mercados · p. 31–37	Como podemos apoiar a transição agroecológica ao longo de toda a cadeia — produção, processamento, comercialização e consumo —, para agricultores familiares, urbanos e periurbanos, enfrentando custos, exigências de registro e eventos climáticos extremos?
4. Abastecimento e Acesso a Alimentos Saudáveis Feiras, mercados, varejo, logística e acesso territorial · p. 38–44	Como ampliar, facilitar e aproximar o acesso físico e econômico ao alimento saudável, priorizando áreas de desertos e pântanos alimentares e a população em situação de vulnerabilidade social, valorizando a agricultura local, de forma justa e sustentável?
5. Equipamentos e Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional Restaurantes, cozinhas, bancos, centrais e redes de EqSAN · p. 45–50	Como aumentar a eficiência e a efetividade dos equipamentos e serviços de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), públicos e sociais, para que funcionem de maneira contínua e integrada em direção a um sistema alimentar sustentável e justo?
6. Perdas e Desperdício de Alimentos Prevenção, redistribuição, aproveitamento e valorização de resíduos · p. 51–56	Como reduzir perdas e desperdício entre a colheita e a mesa, destinando o excedente seguro para consumo e valorizando os resíduos?
7. Alimentação Saudável, Educação e Ambientes Alimentares EAN, autonomia, acesso e transformação dos ambientes alimentares · p. 56–61	Como aproximar a alimentação adequada e saudável da rotina real das famílias, articulando educação alimentar e nutricional (EAN) ao acesso e aos ambientes alimentares dos territórios?

Uma solução pode atravessar mais de um tema

Escolha o desafio que melhor representa o principal resultado da sua solução. É natural que uma mesma solução se conecte a outros desafios do Briefing — por exemplo, quando uma iniciativa de **agricultura urbana** também contribui para **compras públicas**, **abastecimento** ou **redução de perdas**.

Consulte o Manual do Participante para saber como registrar essas conexões no Formulário de Apresentação da Solução, disponível na Plataforma Desafios.

Os sete desafios contam uma história conectada: a compra pública organiza demanda; a produção urbana aproxima alimentos; a agroecologia fortalece resiliência; as redes fazem o alimento circular; os equipamentos transformam oferta em acesso; a prevenção de perdas e desperdício evita que esse esforço se perca pelo caminho; e a EAN aproxima o acesso da vida cotidiana. Entre pelo ponto em que sua solução produz a mudança principal.



Como os desafios se conectam à Estratégia Alimenta Cidades

Este Briefing traduz, em linguagem de desafios de inovação, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades — Alimenta Cidades, instituída pelo Decreto Presidencial nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, e coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS). A Estratégia tem como objetivo principal ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizando os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social — e está estruturada em oito eixos complementares e articulados. Cada um dos sete desafios deste Briefing corresponde a um ou mais desses eixos, como mostra o quadro abaixo.

Eixo da Estratégia Alimenta Cidades	Desafio(s) do Briefing
I · Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e sociais de SAN	Desafio 5 · Equipamentos e Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional (e Desafio 1, via Compras públicas).
II · Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de abastecimento	Desafio 4 · Comida Saudável Mais Perto (e Desafios 1 e 3)
III · Promoção de ambientes alimentares urbanos que favoreçam a alimentação adequada e saudável	Transversal - Desafios 2, 4, 5, 6 e 7
IV · Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno	Desafio 2 · Agricultura Urbana e Periurbana e Desafio 3 · Transição Agroecológica e Resiliência Climática.
V · Redução das perdas e dos desperdícios de alimentos	Desafio 6 · Perdas e Desperdício de Alimentos.
VI · Educação alimentar e nutricional, comunicação e informação sobre alimentação adequada e saudável	Desafio 7 · Alimentação Saudável, Educação e Ambientes Alimentares.
VII · Articulação intersetorial entre assistência social, SAN e saúde	Transversal aos 7 Desafios — Governança local.
VIII · Apoio à Rede Urbana de Alimentação Saudável (Ruas)	Transversal — Cooperação entre municípios participantes.



Essa correspondência não é apenas classificatória: cada desafio explica por que o desafio importa para a Alimenta Cidades. Os Eixos VII e VIII são transversais aos sete desafios e sustentam a coordenação local necessária para que qualquer solução se mantenha no tempo. Para o detalhamento completo dos eixos e das ações induzidas pelo Governo Federal, consulte a página oficial da Estratégia Alimenta Cidades¹: [Acessar fonte](#).

¹ Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Alimenta Cidades. Disponível em: gov.br/mds. Acesso em: 8 set. 2026.

Conheça os contextos de implementação

Uma solução pode funcionar bem em um município e exigir adaptações em outro. Três leituras ajudam a antecipar essas diferenças:

- ▶ Retrato dos participantes: escala, território, produção, compras públicas, água e, quando disponível, estado nutricional nos 1.102 municípios homologados.
- ▶ Personas de implementação: duas tipologias separadas — quatro perfis para os 1.000 municípios do Alimenta +1000 e três para as 102 cidades de ciclos anteriores — porque os ciclos têm portes e disponibilidade de dados muito diferentes.
- ▶ Contextos territoriais: seis condições que podem se sobrepor — semiárido, territórios amazônicos, cidades médias e grandes, zona rural de baixa densidade, borda da cidade e polos de produção familiar — para testar água, logística, escala e acesso.

Retrato rápido dos municípios participante

A estratégia Alimenta Cidades reúne 1.102 municípios homologados pelas Portarias MDS nº 987, de 22 de maio de 2024; nº 1.098, de 15 de julho de 2025; nº 1.101, de 22 de julho de 2025; e nº 1.178/2026.

O conjunto reúne dois perfis bastante distintos. Os 1.000 municípios do Alimenta +1000 são menores e mais rurais que a média nacional: têm população mediana de 20.544 habitantes, cerca de um em cada cinco moradores vivendo na área rural e 225 municípios com maioria da população rural. Já os 102 municípios dos ciclos anteriores são capitais e cidades grandes, com população mediana de 441.948 habitantes e taxa mediana de urbanização de 98,9%.

Por isso, nenhuma estatística apresentada neste Briefing deve ser interpretada sem observar a qual conjunto de municípios ela se refere.

No total, os 1.102 municípios formam um universo de 115,1 milhões de pessoas — mais da metade da população brasileira —, distribuídas por 26 estados e o Distrito Federal. Entre eles, o Nordeste (59,4%) e Norte (18,0%) concentram a maior parte dos participantes.

Os dados apresentados ajudam a orientar os requisitos de adoção das soluções, mas não representam todos os municípios brasileiros nem definem prioridades entre os participantes.

Em números

Retrato Rápido: 1.102 municípios participantes

27 unidades da Federação: Nordeste concentra 59,4% e Norte 18,0% dos municípios homologados

73,3%

têm até 50 mil habitantes – população mediana de 23,7 mil.

20,4%

têm maioria da população em áreas rurais.

19,5%

é a mediana municipal de domicílios sem acesso à rede geral de abastecimento de água. No Norte, a mediana chega a 37,1%.

74,9%

dos municípios tiveram execução do PAA em 2025. Entre eles, a mediana foi de 17 agricultores participantes.

77,8%

é a participação mediana da agricultura familiar, predominante em 96,4% dos municípios.

65,8%

média de adultos com excesso de peso no SISVAN, no segundo ciclo. Cobertura mediana: 10,2%.

fontes primárias IBGE (Censo 2022, MUNIC 2024) MDS (VIS DATA 3) MDA (CAF) MAPA (CNPO) e Ministério da Saúde (SISVAN). Percentuais e medianas dos 1000 municípios homologados sem ponderação pela população – ver texto completo para detalhamento por indicador

O que aparece	O que os dados mostram	O que isso pede da solução
Pequena escala	73,3% têm até 50 mil habitantes; população mediana de 23,7 mil.	Testar implantação modular, custo recorrente explícito e operação compatível com equipes pequenas.
Dispersão territorial	20,4% têm maioria rural. O diagnóstico também identificou 177 cidades médias e grandes e 145 municípios em borda da cidade.	Não presumir uma única escala. Testar operação urbana, rural, periurbana e regional.
Água como condicionante	Mediana municipal de 19,5% dos domicílios sem rede geral de água; no Norte participante, 37,1%.	Testar fonte de água, eficiência, qualidade, armazenamento, manutenção e contingência.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com alcance e pouca profundidade	74,9% tiveram execução do PAA em 2025. A taxa é 74,5% no I ciclo e 74,9% no II ciclo.	Identificar se o gargalo é ausência de fornecedores próximos, estrutura de recebimento, governança ou continuidade da compra.
Base produtiva desigual entre ciclos	A agricultura familiar representa mediana de 77,8% dos estabelecimentos. A densidade de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) é muito maior no II ciclo do que no I ciclo.	estar organização da oferta onde há produtores e articulação regional onde a oferta local é escassa.
Dupla carga de má nutrição e pouca cobertura	SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) a média municipal de excesso de peso adulto é 65,8% e a cobertura mediana é 10,2% — dados disponíveis para os 1.000 municípios do II ciclo.	Usar como linha de base com cautela e combinar indicadores de acesso, práticas e ambiente; não generalizar ao I ciclo.

Como ler os números

São percentuais, médias e medianas municipais, sem ponderação pela população. O universo varia por indicador: população, água, PAA e equipamentos cobrem o conjunto de 1.102; SISVAN, autodiagnóstico e distância à capital têm cobertura restrita ao II ciclo ou a subconjuntos com resposta. As diferenças regionais e entre ciclos não demonstram causalidade. Fontes primárias, anos, denominadores e cautelas estão indicados ao longo do briefing e na seção final.

Perfis de implementação

Perfil	Municípios	Ciclo	Leitura rápida
Governança rural sem financiamento	211	II	Muitos agricultores; pouca dotação de SAN.
Base institucional a constituir	473	II	Baixa institucionalização; PAA ativo e base produtiva relevante.
Gestão urbana financiada	97	II	Mais estrutura e financiamento; menor densidade de agricultores.
Compra pública interrompida	219	II	PAA sem execução em 2025; base produtiva ainda relevante.
Polo regional em consolidação	47	I	Rede parcial; compra funciona; oferta local mais escassa.
Rede madura com financiamento	27	I	Rede e financiamento fortes; poucos agricultores próximos.
Metrópole conurbada sem compra pública	28	I	PAA interrompido; quase sem agricultores e sem central de recebimento.

Como ler os perfis

As duas tipologias foram calculadas separadamente porque os ciclos têm composição e cobertura de dados incompatíveis. Elas indicam condições de implementação — não urgência, mérito ou nível de insegurança alimentar — e não devem ser comparadas como uma escala única. Use-as para antecipar apoios, custos e adaptações.



Sete perfis para testar sua solução

Perfil não é rótulo

Um município pode mudar ao longo do tempo ou combinar características de mais de um perfil. Use esta leitura para fazer perguntas melhores, prever apoios e declarar onde sua solução funciona — sem estigmatizar pessoas ou territórios.

Governança rural sem financiamento (Ciclo II)

O cenário: 211 municípios. Medianas: urbanização de 55,2%, 68,7 CAF por mil habitantes e apenas 4,7% com dotação de SAN. A institucionalização é alta — 38,5 de 60 pontos — e o financiamento é zero. 7,1% não tiveram execução do PAA em 2025.

O que testar: baixo custo recorrente, manutenção local, operação com conectividade limitada e uso das redes de produtores e feiras já existentes.

Municípios de referência: Assaré/CE, Augusto Corrêa/PA e Tracuateua/PA.

Base institucional em formação (Ciclo II)

O cenário: 473 municípios — a maior persona. A institucionalização é a mais baixa do conjunto, 15,0 de 60 pontos, e apenas 6,8% têm dotação de SAN. Ainda assim, nenhum município deixou de executar o PAA em 2025, com mediana de 52,0 CAF por mil habitantes.

O que testar: processos simples, registros que sobrevivam à troca de equipe, uso assistido e integração gradual à governança municipal.

Municípios de referência: Forquilha/CE, São Mateus do Maranhão/MA e Itaobim/MG.



Gestão Urbana Financiada (Ciclo II)

O cenário: 97 municípios. Mediana populacional de 76,4 mil, urbanização de 89,5% e dotação de SAN em 86,6% — a única persona com financiamento consolidado. A mediana de CAF cai para 11,6 por mil habitantes.

O que testar: integração com sistemas e equipamentos existentes, custo total, interoperabilidade e articulação com fornecedores locais e regionais.

Municípios de referência: Santo Antônio de Jesus/BA, Sant'Ana do Livramento/RS e São Cristóvão/SE.

Compra Pública Interrompida (Ciclo II)

O cenário: 219 municípios. Todos ficaram sem execução do PAA em 2025. A base de agricultores permanece relevante — 54,7 CAF por mil habitantes —, mas as centrais de recebimento aparecem em apenas 5,0%, a menor cobertura entre as personas.

O que testar: reativação do fluxo de compra, habilitação, recebimento e logística, evitando criar nova infraestrutura quando a existente puder ser aproveitada.

Municípios de referência: Itatim/BA, Poço Verde/SE e Massapê/CE.

Rede madura com financiamento (Ciclo I)

O cenário: 27 municípios, 26,5% do primeiro ciclo. Restaurantes populares e bancos de alimentos aparecem em 89%, e todos tiveram execução do PAA. A mediana é de apenas 0,2 CAF por mil habitantes.

O que testar integração e escala de fornecimento, incluindo origens intermunicipais, sem pressupor produção familiar próxima.

Municípios de referência: Bauru/SP, Joinville/SC e Juiz de Fora/MG..

Metrópole conurbada sem compra pública (Ciclo I)

O cenário: 28 municípios, 27,5% do primeiro ciclo. 89% ficaram sem execução do PAA, a densidade é de 0,1 CAF por mil habitantes e nenhuma cidade do grupo possui central de recebimento.

O que testar articulação com fornecedores externos ao município, consolidação regional, recebimento e logística em áreas metropolitanas.

Municípios de referência: Vila Velha/ES, São Gonçalo/RJ e São João de Meriti/RJ.

Fontes primárias das tipologias: IBGE — Censo Demográfico 2022 e MUNIC 2024; MDS — Cadastro Único e PAA 2025; MDA — CAF; MAPA — CNPO; Ministério da Saúde — SISVAN 2023, quando disponível; Ministério das Cidades — SINISA. Elaboração própria. No II ciclo foram usadas 22 variáveis; no I ciclo, 17, por indisponibilidade de alguns indicadores. Método: distância de Gower e agrupamento PAM, com os blocos de análise ponderados igualmente.

Como usar as personas municipais.

A mesma taxa de interrupção de compra pode decorrer de causas opostas: no I ciclo, muitas cidades têm estrutura e poucos fornecedores locais; no II ciclo, há maior base produtiva e menor estrutura. Por isso, declare para quais condições sua solução funciona e quais adaptações exige.

Os municípios citados no diagnóstico são referências estatísticas, não modelos, rankings ou prioridades.

Teste de realidade

Seis contextos complementam as personas e podem se sobrepor: Semiárido (227 municípios), Territórios amazônicos (198), Cidades médias e grandes (177), Zona rural de baixa densidade (150), Borda da cidade (145) e Polos de produção familiar (75). Há 382 municípios fora desses recortes; 491 pertencem a um contexto, 206 a dois e 23 a três ou mais. Use essa camada para testar água, logística, conectividade, escala, manutenção e acesso. Contexto não é prioridade nem rótulo fixo.



Desafio 1 • Compras Públicas de Alimentos

Planejamento da demanda, acesso de fornecedores e logística das aquisições

Compras públicas podem organizar demanda, criar mercados para a agricultura familiar e ampliar a oferta de alimentos adequados e saudáveis nos serviços municipais.

Pergunta principal

Como ampliar as compras públicas da agricultura familiar nas cidades, indo além do PNAE e do PAA?

O problema, em poucas palavras

As compras públicas de alimentos representam uma oportunidade de escala para transformar a relação entre produção, renda, abastecimento e acesso a alimentos adequados nos territórios. O desafio, portanto, não é apenas fazer uma chamada pública funcionar: é fazer com que a demanda do poder público seja capaz de **organizar mercados locais de forma contínua, previsível e acessível para quem produz**. A compra da agricultura familiar já alcança muitos municípios, mas ainda pode ocorrer em ciclos curtos, com informação dispersa e poucos fornecedores. Desde 1º de janeiro de 2026, o PNAE exige que ao menos 45% dos recursos federais sejam destinados a essas aquisições. A nova régua amplia a oportunidade — e torna planejamento, logística e governança ainda mais decisivos. Este desafio torna o PNAE e o PAA como referência de dados por serem os programas com informação sistematizada disponível — mas a compra pública de alimentos pelo município não se esgota neles: inclui também as aquisições para outros equipamentos e serviços que servem alimentação à população.

Entre as causas institucionais desse quadro estão a fragilidade da agenda municipal de abastecimento alimentar, o alcance apenas federal do decreto que rege a política (sem obrigatoriedade equivalente consolidada em estados e municípios), a dependência do edital de cada chamada pública para viabilizar a contratação por dispensa de licitação da agricultura familiar, e a baixa priorização de produtos regionalizados nos cardápios e chamadas. Na ponta, nutricionistas definem cardápios, equipes de compras convertem a demanda em chamadas públicas e agricultores decidem o que plantar e como entregar. Quando esses ritmos não se encontram — ou pequenos volumes percorrem muitos destinos — cresce o risco do produtor, o retrabalho e a chance de o alimento local não chegar.

O PNAE e o PAA são apenas parte da demanda pública por alimentos. Municípios compram alimentos para diferentes equipamentos e serviços públicos e sociais. O desafio de inovação é, portanto, **passar de compras pontuais e fragmentadas para uma inteligência pública da demanda alimentar**, capaz de conectar o que o município precisa consumir com aquilo que o território pode produzir.

Hoje, essa capacidade institucional ainda é limitada: entre os municípios que compram da agricultura familiar, **80,4% não possuem plano municipal de SAN e 25,3% não possuem lei nem conselho de SAN.**

O que está em jogo

Qualificar a compra pública como instrumento de abastecimento e formação de mercados: demanda previsível, participação acessível, preço adequado e execução verificável.

Ampliar e diversificar as compras da agricultura familiar, fortalecer mercados locais e regionais e conectar o que o município precisa consumir ao que os territórios podem fornecer.

Em números

Compras públicas: alcance amplo, institucionalização frágil

76,5%

declaram adquirir alimentos da agricultura familiar pelo PNAE em 2023

74,9%

tiveram execução da PAA em 2025 – mediana de 17 agricultores (0,79 por mil hab.).

80,4%

dos municípios que compram não têm plano municipal de SAN

25,3%

dos municípios que compram não têm lei nem conselho de SAN.

Fontes primárias; IBGE/MUNIC 2024 – Suplemento SAN; MDS/SESAN, VIS DATA 3– PAA Execução Geral (12/2025); Lei nº 15.226/2025; Resolução CD/FNDE nº4/2024; Cálculo próprio no recorte PNAE 755/988 PAA.

O que os dados mostram

- ▶ **A compra tem alcance**, mas os indicadores medem fenômenos diferentes. No II ciclo, 76,5% dos 988 municípios com resposta válida na MUNIC² declararam aquisição da agricultura familiar pelo PNAE em 2023. No conjunto dos 1.102 municípios, 74,9% tiveram execução financeira do PAA em 2025 (825 municípios).
- ▶ **A profundidade da execução varia**. Entre os 825 municípios com execução do PAA em 2025, a mediana foi de 17 agricultores e 0,69 agricultores por mil habitantes. A mediana por mil habitantes foi de 0,05 no I ciclo e 0,79 no II, refletindo estruturas territoriais muito diferentes.
- ▶ **A institucionalização também importa**. No recorte do II ciclo usado na MUNIC, muitos municípios que declararam comprar da agricultura familiar ainda não tinham plano municipal de SAN ou combinação completa de lei e conselho; esses indicadores descrevem capacidade institucional, não a existência da compra em si.

Fontes primárias: IBGE/MUNIC 2024 — Suplemento SAN; MDS/SESAN — PAA Execução Geral 2025; Lei nº 15.226/2025; Resolução CD/FNDE nº 4/2026. Cálculo próprio: PNAE, 756/988 respostas válidas do II ciclo; PAA, 825/1.102 municípios com valor executado superior a zero em 2025.

Quem sente esse problema:

Gestores e equipes municipais responsáveis por planejamento, compras, logística e execução das políticas de alimentação; nutricionistas; agricultores familiares, cooperativas e associações fornecedoras; e as pessoas atendidas por equipamentos e serviços públicos de alimentação, especialmente estudantes e populações em situação de insegurança alimentar.

Desafios de Inovação

Os desafios percorrem o ciclo da compra: antecipar a demanda, abrir a porta aos fornecedores e viabilizar as entregas.

1.1 • Planejamento e articulação da demanda

Sem mapear a produção local e alinhar cardápio, calendário escolar, sazonalidade e volumes, a demanda chega tarde para orientar a safra.

² MUNIC — Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE. Neste Briefing, a edição 2024 e seu Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional medem capacidade institucional, equipamentos e ações declaradas pelos municípios.

Pergunta: Como podemos ampliar e diversificar as compras públicas de alimentos da agricultura familiar pelos municípios, considerando a necessidade de conectar suas demandas às capacidades produtivas locais e promover a sensibilização e a articulação entre gestores públicos, organizações e agricultores familiares?

Mostre na proposta: como sua solução contribui para mapear oferta e demanda, conectar nutricionistas, compras e agricultura e permitir ajustes diante de variações.

Exemplos de caminho: calendário compartilhado, previsão de volumes, pactuação intersetorial, alertas de sazonalidade e ações de sensibilização e formação de gestores públicos, organizações e agricultores familiares para o uso da compra pública como instrumento de demanda previsível.

1.2 · Ampliação do Acesso e Simplificação Documental

A regra admite fornecedores individuais, grupos informais, associações e cooperativas. Mesmo assim, reunir documentos, atender exigências sanitárias e preparar o projeto de venda pode afastar quem tem pouca estrutura de apoio.

Pergunta: Como podemos simplificar a compreensão sobre a chamada, a habilitação e o acompanhamento documental de fornecedores, para agricultores individuais, grupos informais, associações e cooperativas, considerando a necessidade de manter transparência, isonomia e segurança nas exigências dos programas existentes?

Mostre na proposta: quem apoia, quais etapas simplifica, quanto esforço reduz e como mantém os controles previstos.

Exemplos de caminho: jornada assistida, conferência orientada, alertas de validade e apoio ao uso de cadastros e plataformas públicas.

1.3 · Logística e viabilidade econômica das entregas

Pequenos lotes, muitos destinos, circuitos longos e janelas curtas podem tornar o frete inviável. Nas compras públicas o preço deve considerar frete, embalagem, encargos e demais custos necessários ao fornecimento.

Pergunta: Como podemos consolidar, rotear e viabilizar as entregas de alimentos dos agricultores familiares que atendem múltiplos destinos com baixo volume, considerando que o preço pago precisa cobrir frete, embalagem e demais custos de fornecimento?

Mostre na proposta: origens, destinos, volumes, frequência, responsáveis, custo por entrega e condições de conservação.

Exemplos de caminho: pontos de recebimento, entregas agrupadas, roteirização compartilhada, logística cooperada e integração com estruturas existentes.

O que precisa funcionar na prática

Adapte ao contexto

- ▶ Base institucional em formação: mapear produção e demanda, apoiar a habilitação e usar estruturas logísticas já existentes.
- ▶ Execução ativa, sem financiamento estruturado: começar com rotas e grupos-piloto, medir o custo total e evitar despesas recorrentes invisíveis.
- ▶ Governança ampla, sem financiamento próprio: integrar educação, agricultura, compras e assistência; combinar previsão, financiamento e logística territorial.

E o clima? Planeje substituições, rotas alternativas e continuidade diante de eventos climáticos ou perda de safra. Use as regras vigentes e meça efeitos com dados reais.

Mudanças que queremos ver

- ▶ mais agricultores e organizações habilitados, contratados e fornecendo com regularidade;
- ▶ menos itens sem proposta e menos entregas incompletas;
- ▶ frete viável, pagamentos previsíveis e menos retrabalho;
- ▶ ampliação das compras públicas da agricultura familiar;
- ▶ cumprimento do percentual legal vigente e maior participação de fornecedores locais e prioritários.

Como demonstrar resultado

- ▶ percentual dos recursos aplicado, volume adquirido e número e diversidade de fornecedores;
- ▶ itens com proposta, regularidade, pontualidade, perdas e custo logístico por entrega ou quilo;
- ▶ tempo do ciclo, prazo de pagamento, equipe, infraestrutura e custo total de operação.



Cuidados essenciais

- ▶ apoiar a decisão pública, sem substituir a autoridade competente nem direcionar fornecedor;
- ▶ respeitar as regras vigentes do PNAE, do PAA e da agricultura familiar, inclusive CAF ou Número de Identificação Social (NIS) e requisitos sanitários quando aplicáveis, e formar preços que incluam os custos exigidos;
- ▶ proteger dados pessoais e informações comerciais sensíveis.

Este tema combina com sua solução se...

Sua solução ajuda o município a prever demanda, ampliar a participação de agricultores ou viabilizar pequenas entregas – com controle transparente e resultados mensuráveis.

Para aprofundar: dados, guias e normas

Use esta curadoria para testar hipóteses, construir uma linha de base e conferir requisitos antes de formular a solução. A consulta é recomendada, mas os materiais não criam obrigações além das previstas no Edital e no Guia do Participante.

BASE DE DADOS · [Consultas do PNAE](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas) — Reúne dados da agricultura familiar, repasses e execução física e financeira. Use para comparar o município e construir uma linha de base.
<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas>

NORMA · [Resolução CD/FNDE nº 4/2026](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2026/resolucao-cd_fnde-no-4-de-26-de-fevereiro-de-2026.pdf) — Traz as regras vigentes do PNAE sobre cardápio, chamada pública, habilitação, preço, frete e cronograma de entrega.
https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2026/resolucao-cd_fnde-no-4-de-26-de-fevereiro-de-2026.pdf

GUIA · [Informes Agricultura Familiar e PNAE](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/informe-agricultura-familiar-e-pnae) — Orienta o mapeamento da produção e o alinhamento entre safra, sazonalidade, cardápio e calendário escolar.
<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/informe-agricultura-familiar-e-pnae>

PROGRAMA · [Programa de Aquisição de Alimentos \(PAA\)](https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos) — Apresenta modalidades, públicos e instrumentos do programa. Use para verificar como a solução se conecta à execução local.
<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>



PLATAFORMA · [Contrata+Brasil – Módulo Alimentos](https://www.gov.br/contratamaisbrasil/pt-br/conheca-o-contrata-brasil) – Canal público para divulgar demandas e receber propostas. Verifique a adesão do órgão e não presuma que a plataforma substitui os atos formais da compra.

<https://www.gov.br/contratamaisbrasil/pt-br/conheca-o-contrata-brasil>

NORMA· Resolução CAISAN/MDS nº 24, de 10 de junho de 2026 — Institui o Protocolo Intersetorial de Compras Públicas da Agricultura Familiar no âmbito do SISAN e oferece referência para coordenação entre setores e políticas.

Desafio 2 · Agricultura Urbana e Periurbana

Produção local, condições de produção e institucionalização da AUP

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) aproxima produção, abastecimento e cuidado do território — mas só se sustenta quando terra, água, assistência, financiamento e governança funcionam juntos.

Pergunta principal

Como podemos reconhecer, fortalecer e ampliar as agriculturas urbanas e periurbanas que promovem a agrobiodiversidade, considerando a diversidade de formas, espaços e sujeitos que produzem alimentos nas cidades e em seu entorno?

O problema, em poucas palavras

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) não é um projeto de ocupação de espaços vazios: é o reconhecimento de agriculturas plurais já existentes nas cidades e em seu entorno — hortas comunitárias e institucionais, quintais produtivos, produção comercial, agricultura periurbana e remanescente rural, produção de povos e comunidades tradicionais, pequenos animais, pesca, meliponicultura, compostagem e outros agroecossistemas de serviços. Essas formas precisam ser reconhecidas, fortalecidas e institucionalizadas, respeitando sua diversidade. O Plano Clima reconhece a AUP como uma estratégia de adaptação e mitigação das cidades às mudanças climáticas, ao integrar produção de alimentos, infraestrutura verde e resiliência urbana.

O problema, portanto, não é simplesmente “falta de hortas”. É a dificuldade de transformar potencial produtivo disperso em capacidade permanente de produção e abastecimento das cidades. Isso exige áreas aptas, água segura, solo adequado, insumos e bioinsumos, infraestrutura, assistência técnica especializada, financiamento ou fomento, pessoas responsáveis, continuidade institucional e destino para a produção.

Iniciativas podem desaparecer após o primeiro ciclo, uma troca de equipe ou uma estiagem quando dependem apenas de mobilização voluntária. O desafio é combinar apoio técnico e financeiro com governança e articulação a feiras, compras públicas, equipamentos de SAN e outros serviços do território.

O que está em jogo

Transformar potencial produtivo disperso em capacidade permanente de produção e abastecimento: reconhecer quem já produz, garantir terra, água, assistência e continuidade, e conectar a AUP a feiras, compras públicas, equipamentos e outros serviços do território.

O que os dados mostram

- ▶ **Os dados diretos de AUP ainda têm cobertura parcial.** No Autodiagnóstico Situacional do II ciclo, entre os municípios com resposta válida ao item, 52,3% de 470 declararam política ou programa municipal de AUP e 25,4% de 468 declararam lei de AUP. Como a adesão ao autodiagnóstico foi voluntária e desigual, esses percentuais não devem ser extrapolados para os 1.102 municípios.
- ▶ Análise do PNUMA em Curitiba estima que a expansão da agricultura urbana em 2.000 hectares poderia reduzir a temperatura em quase 1°C em algumas áreas da cidade e sequestrar cerca de 64 mil toneladas de carbono, com potencial de gerar US\$ 3,5 milhões em créditos de carbono.
- ▶ Estudo no Rio de Janeiro demonstrou que o cumprimento dos 30% das compras públicas de alimentos da agricultura familiar poderia gerar R\$ 26 milhões adicionais ao PIB estadual e 1.144 ocupações. A maior aproximação entre produção e consumo, incluindo a agricultura urbana e periurbana, pode também encurtar as cadeias de abastecimento e reduzir as emissões associadas ao transporte de alimentos.
- ▶ **O Panorama de Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana** mostra que a consolidação da AUP depende de institucionalização e ganho de escala articulados, com atenção a terra, água, recursos humanos, infraestrutura e financiamento. O estudo acompanha cidades que já possuem ações de AUP e, por isso, também não representa todo o país.
- ▶ **Água é condição de implementação, não medida de AUP.** Nos 1.102 municípios, 83,4% dos estabelecimentos agropecuários dispõem de recurso hídrico próprio, com 75,7 declarações de fonte superficial e 63,4 de poço a cada 100 estabelecimentos. O perfil muda conforme o território: Na Amazônia há água superficial em abundância e quase nenhum armazenamento. No semiárido e nos polos de produção familiar, a cisterna é a base do sistema. Vale registrar também que 22,9% das nascentes e rios usados pelos estabelecimentos não têm mata de proteção, e em 77 municípios isso passa de três quartos.
- ▶ **O CAF ajuda a localizar produção formalizada, mas não mede toda a AUP.** Registros classificados como periurbanos aparecem em 805 dos 1.092 municípios com dado (73,7%), porém a participação mediana desses registros no total de CAF é de apenas 0,23% — e mesmo entre os que têm algum registro periurbano, a mediana é de 0,51%. Use o indicador como sinal de presença cadastral, não como tamanho da agricultura urbana e periurbana.

Fontes primárias e de referência: MDS — Autodiagnóstico Situacional 2026 (II ciclo; cobertura parcial); MDA — CAF, jul/2026; IBGE — Censo Demográfico 2022; FGVces/PNUMA — Panorama de Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana. Percentuais municipais sem ponderação pela população; universos indicados em cada item

Quem sente esse problema:

Agricultores, psicultores, melicultores, avicultores urbanos e periurbanos; famílias e coletivos comunitários; escolas, CRAS e UBS; e outros equipamentos; equipes de agricultura, assistência social, saúde, educação, meio ambiente e planejamento; e demais sujeitos atendidos ou envolvidos na produção e no abastecimento local.

Desafios de Inovação

Os três desafios acompanham a continuidade da AUP: viabilizar condições de produção, fortalecer a articulação institucional e usar a produção urbana e periurbana também para responder a problemas urbanos.

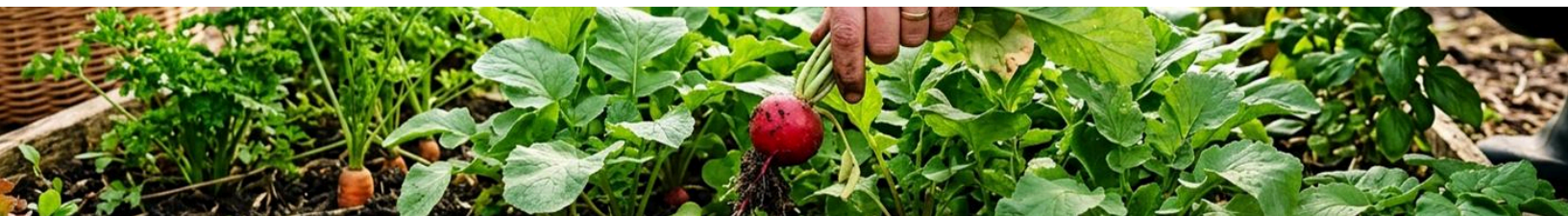
2.1 · Condições de Produção

Sem acesso à terra, à água e às condições básicas de produção (regularização, infraestrutura, insumos, bioinsumos, assistência técnica, financiamento e fomento, e qualidade do solo), a produção agroecológica urbana e periurbana não se sustenta além do primeiro ciclo.

Pergunta: *Como podemos viabilizar as condições de produção — água, solo seguro, insumos e bioinsumos, infraestrutura e assistência técnica — para agricultores urbanos e periurbanos e coletivos, considerando áreas com uso precário, restrições de solo e baixo custo recorrente?*

Mostre na proposta: como identificar áreas e água disponíveis, verificar qualidade e contaminação do solo, formalizar o uso e garantir insumos, bioinsumos e assistência técnica com baixo custo recorrente.

Exemplos de caminho: mapeamento territorial, protocolos de avaliação, modelos de cessão, cadastro de áreas produtivas, irrigação eficiente, reúso seguro, assistência técnica híbrida e kits modulares.



2.2 · Fortalecer a articulação institucional da AUP

Sem coordenação entre secretarias, participação social efetiva e continuidade entre gestões, a agricultura urbana e periurbana permanece dependente de projetos pontuais e de poucas lideranças.

Pergunta: Como podemos fortalecer a articulação entre os diferentes atores e políticas públicas relacionadas à AUP, garantindo participação social efetiva, coordenação intersetorial e institucionalização das políticas de agricultura urbana e periurbana?

Mostre na proposta: quem apoia a articulação, como conecta as secretarias envolvidas e como sustenta a participação social e a continuidade entre gestões — a solução apoia a decisão institucional do município, sem substituí-la.

Exemplos de caminho: plataformas de participação social, protocolos de coordenação intersetorial, ferramentas de transparência e registros que garantam continuidade documental entre gestões.

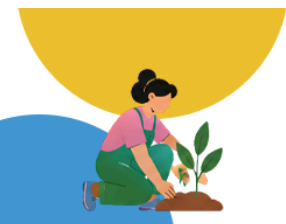
2.3 · Usar a produção urbana para responder a problemas urbanos

Resíduos orgânicos, áreas degradadas, ilhas de calor e alagamentos afetam sobretudo populações em situação de risco social — e a produção urbana e periurbana de alimentos pode responder também a essas questões, além de gerar alimento.

Pergunta: Como podemos usar a produção urbana e periurbana de alimentos para responder também a problemas urbanos — resíduos orgânicos, áreas degradadas, ilhas de calor e alagamentos —, para populações em situação de risco social, demonstrando o benefício em mais de uma dimensão (social, econômica, humana e ambiental)?

Mostre na proposta: como a solução mede o benefício em mais de uma dimensão — como por exemplo, produção de alimento e resposta ambiental ou urbana —, quem se beneficia e como se sustenta no tempo.

Exemplos de caminho: compostagem comunitária, recuperação de áreas degradadas com produção comestível, estruturas de retenção de água pluvial com canteiros produtivos e arborização produtiva para mitigação de ilhas de calor. A solução pode incluir mecanismo de fundo de manutenção, desde que operado pelo proponente ou por parceiro identificado — o selo de solução inovadora não concede nem intermedeia recursos.



O que precisa funcionar na prática

Adapte ao contexto

- ▶ Base institucional em formação: permitir gestão simples, mesmo antes de conselho, plano ou equipe dedicada estarem consolidados.
- ▶ Gestão financiada em consolidação: integrar áreas produtivas, assistência, compras e serviços, com custo e resultados visíveis.
- ▶ Territórios com pressão hídrica: usar água e energia com eficiência e prever manutenção local em calor, poeira e estiagem.

E o clima? O desenho deve considerar água, calor, solo, biodiversidade, produção agroecológica e manutenção da produção em cenários de seca ou excesso de chuva.

Mudanças que queremos ver

- ▶ áreas produtivas mapeadas e com uso regularizado;
- ▶ projetos contínuos, com produção e manutenção conhecidas;
- ▶ produção ligada a feiras, equipamentos de SAN, PNAE ou PAA;
- ▶ renda, autonomia e acesso a alimentos frescos nos territórios.

Como demonstrar resultado

- ▶ área em produção, tempo de funcionamento e volume colhido;
- ▶ custo de implantação e custo mensal de manutenção;
- ▶ renda gerada por área pré definida;
- ▶ prevalência de desertos e pântanos alimentares reduzidos;
- ▶ consumo de água, estratégia para estiagem e tempo de trabalho exigido.

Cuidados essenciais

- ▶ verificar qualidade do solo e da água e possíveis passivos ambientais;
- ▶ formalizar o uso da área por prazo compatível com o ciclo produtivo;
- ▶ não sustentar o modelo de trabalho voluntário permanente apresentado como custo zero.

Este tema combina com sua solução se...

Sua solução viabiliza terra, água, manejo, continuidade ou destino para a produção de alimentos dentro e ao redor da cidade.

Para aprofundar: dados, guias e normas

Use esta curadoria para testar hipóteses, construir uma linha de base e conferir requisitos antes de formular a solução. A consulta é recomendada, mas os materiais não criam obrigações além das previstas no Edital e no Guia do Participante.

PROGRAMA E GUIAS · [Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana](#) — Reúne o marco do programa, guias para agendas municipais, mapeamentos, biblioteca digital e referências para institucionalização.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/progrma-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>

BASE DE DADOS · [MUNIC 2024 — Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional](#) — Permite consultar apoio municipal à agricultura urbana, cessão de áreas, governança e outras capacidades públicas.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19879-suplementos-munic2.html>

BASE DE DADOS · [Censo Demográfico 2022 — SIDRA](#) — Apoia a leitura de população, ruralidade e abastecimento de água, condições decisivas para localizar e dimensionar a solução.

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios>

BASE DE DADOS · [SINISA](#) — Traz indicadores de atendimento e fragilidade das fontes de abastecimento. Use para testar a viabilidade hídrica e os riscos de continuidade.

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa>

MANUAL · [Manual de Implementação da Estratégia Alimenta Cidades](#) — Relaciona produção local, circuitos curtos, equipamentos, acesso a alimentos adequados e planejamento municipal.

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/SESAN__MANUAL_IMPLEMENTACAO ESTRATEGIA_SAN_CIDADES_defeso.pdf



Desafio 3 · Transição Agroecológica e Resiliência Climática

Da produção ao consumo: práticas agroecológicas, assistência, mercados e adaptação climática

A transição agroecológica precisa funcionar no território inteiro — da produção ao processamento, à comercialização e ao consumo — e reduzir riscos para quem muda práticas sob pressões econômicas e climáticas.

Pergunta principal

Como apoiar e promover práticas agroecológicas em todas as etapas do sistema alimentar, fortalecendo o acesso a conhecimento, assistência, recursos, mercados, considerando as especificidades do território e os desafios de resiliência climática?

O problema, em poucas palavras

A transição agroecológica não tem fórmula única. Cada território precisa reconhecer seus desafios, especificidades e potencialidades para adotar práticas coerentes com solo, água, clima, cultura, mercados e formas de organização. A produção orgânica e a agroecologia têm forte convergência, mas não são sinônimos: a produção orgânica segue regras próprias de conformidade, enquanto a transição agroecológica abrange um universo mais amplo de práticas, relações sociais, conhecimento, biodiversidade e economia solidária ao longo do sistema alimentar.

Sem assistência técnica continuada, tecnologias apropriadas, recursos e sinais de mercado, o risco recai sobre quem produz. Custos e produtividade podem oscilar, registros podem ser complexos e eventos climáticos podem desfazer avanços. A disputa de narrativa com modelos convencionais também influencia políticas, mercados e preferências de consumo. O desafio é reduzir esse risco e reconhecer benefícios sociais, econômicos e ambientais da transição..

O que está em jogo

Reduzir o risco da transição: tornar as práticas acompanháveis, levar assistência a quem está longe e conectar melhoria produtiva a reconhecimento e mercado. criar condições para que a transição agroecológica se torne uma estratégia viável de produção, geração de renda, abastecimento local e resiliência dos territórios.

Em números

Transição agroecológica: base ampla, reconhecimento formal concentrado

77,8%

participação mediana da agricultura familiar nos estabelecimentos com informação.

65,5%

dos municípios têm menos de 1% de produção orgânica; em 37,0% o valor foi zero.

64,6%

dos municípios não têm produtor registrado no CNPO; 10 municípios concentram 30,3% dos registros.

Fontes: Primárias IBGE; Censo Agropecuário 2017; MAPA CNPO (27/072025); oficinas regionais 2026. Elaboração própria para o recorte participante; medianas municipais não ponderadas.

O que os dados mostram

Nota sobre o escopo: Nota sobre o escopo: os dados de produção orgânica e do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) são indicadores observáveis, mas não medem toda a transição agroecológica. A legislação brasileira da produção orgânica incorpora princípios de sustentabilidade e admite diferentes mecanismos de avaliação da conformidade, inclusive sistemas participativos e controle social nos casos previstos. O universo de experiências agroecológicas é mais amplo que o número de produtores registrados no CNPO; use esses dados como sinais de formalização, não como medida direta de agroecologia..

- ▶ **Há base produtiva para mobilizar.** A participação mediana da agricultura familiar nos estabelecimentos é 77,8% entre os municípios com informação no conjunto de 1.102.
- ▶ **A produção orgânica ainda é restrita.** Em 69,5% dos 1.100 municípios com informação, menos de 1% dos estabelecimentos registraram produção orgânica; em 37,0%, o valor foi zero.
- ▶ **O reconhecimento formal é concentrado.** No Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), 64,6% dos 1.102 municípios não têm produtor registrado; os dez municípios com mais registros concentram 30,3% do total.

Fontes primárias: IBGE, Censo Agropecuário 2017; MAPA, CNPO (27/07/2026); oficinas regionais 2026. Elaboração própria para o recorte participante; medianas municipais não ponderadas.

Quem sente esse problema:

Agricultores familiares, urbanos e periurbanos; cooperativas, associações, sindicatos e redes de agricultores; instituições de ensino, pesquisa, extensão e ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural); atores intermediários da cadeia, como agentes de comercialização, logística, beneficiamento e processamento; grupos de controle social e sistemas de certificação participativa; comunidades vizinhas; agentes públicos influentes e decisores nos processos de compras públicas; e consumidores.

Desafios de Inovação

Os quatro desafios tratam de dimensões que se reforçam: registros e avaliação participativa, proteção econômica durante a mudança, assistência técnica continuada e formação de preferência e mercados para produtos de base agroecológica.

3.1 · Tornar a prática visível e confiável

Registros complexos e visitas esporádicas dificultam o controle social e a demonstração das práticas adotadas, sobretudo em territórios extensos ou com pouca conectividade.

Pergunta: *Como podemos organizar registros, controle social e avaliação participativa das práticas agroecológicas, para estimular agricultores familiares para a transição agroecológica, considerando territórios extensos com pouco apoio técnico e conectividade limitada?*

Mostre na proposta: que informação é realmente necessária, quem verifica, como evita duplicidade e como funciona offline ou com baixa alfabetização digital.

Exemplos de caminho: *cadernos de campo simples, registros multimodais, avaliação participativa e sincronização posterior de dados.*

3.2 · Atravessar o vale econômico da transição

Custos podem subir antes que produtividade, preço ou acesso a mercado recompensem a mudança, tornando o período de transição especialmente vulnerável.

Pergunta: *Como podemos proteger e incluir economicamente agricultores familiares, urbanos e periurbanos durante a transição agroecológica, considerando que custos, produtividade e preço podem oscilar devido às mudanças climáticas e antes que a mudança seja reconhecida pelo mercado?*

Mostre na proposta: como distribuir riscos, acompanha custos e produtividade e cria incentivos ou mercados coerentes com o tempo da transição.

Exemplos de caminho: fundos rotativos, compras programadas, garantia de mercado, planejamento de safra e diversificação de renda. A solução pode incluir mecanismo de crédito, seguro ou fundo, desde que operado pelo proponente ou por parceiro identificado – o selo de solução inovadora não concede nem intermedeia recursos; linhas de crédito e seguro público para a transição permanecem fora do escopo do desafio, por não serem entregáveis por um proponente.

3.3 · Levar assistência a quem está longe

Equipes pequenas não conseguem manter presença contínua em todos os territórios, e orientação genérica raramente responde às condições de solo, água e clima de cada unidade.

Pergunta: Como podemos levar assistência técnica contínua, alinhada com princípios agroecológicos e preparada para atuar nas mudanças climáticas, tanto para agricultores familiares em territórios extensos e de difícil acesso como para agricultores urbanos e periurbanos, considerando que as equipes técnicas disponíveis são pequenas e não sustentam presença constante em todo o território?

Mostre na proposta: frequência de atendimento, custo por unidade, papel dos agentes locais, suporte remoto e resposta a eventos climáticos adversos.

Exemplos de caminho: formação entre pares, redes de extensionistas, protocolos adaptativos e suporte técnico de baixo consumo de dados.

3.4 · Formar preferência e disputar a narrativa do consumo

Produtos de base agroecológica concorrem com a força econômica e midiática de modelos convencionais de produção e distribuição, que moldam a preferência do consumidor antes mesmo da decisão de compra.

Pergunta: Como promover conhecimento, preferência e acesso a produtos de base agroecológica por consumidores e toda a cadeia de distribuição e consumo, considerando a concorrência da força econômica e midiática de modelos hegemônicos e convencionais de produção e distribuição?

Mostre na proposta: como constrói educação e preferência do consumidor, aproxima produtores e cadeia de distribuição, e mede mudança de comportamento de compra.

Exemplos de caminho: rotulagem e comunicação de origem, educação de mercado, feiras e circuitos curtos de comercialização, e parcerias com redes de distribuição e varejo local.

O que precisa funcionar na prática

Adapte ao contexto

- ▶ Base institucional em formação: combinar inovação com tecnologias sociais e saberes locais, usando registro simples e apoio técnico.
- ▶ Governança ampla, sem financiamento próprio: conectar práticas, organizações e mercados sem exigir novo orçamento logo no início.
- ▶ Gestão financiada em consolidação: escalar assistência, registro e reconhecimento sem excluir pequenos produtores.

E o clima? A resiliência está no centro: diversificar cultivos, reduzir dependências e fortalecer adaptação, regeneração e justiça territorial.

Mudanças que queremos ver

- ▶ mais unidades com práticas agroecológicas registradas e verificáveis;
- ▶ mais grupos de controle social ou avaliação participativa ativos;
- ▶ redução comprovada do uso de agrotóxicos e maior diversidade produtiva;
- ▶ maior capacidade de resposta a eventos climáticos extremos.

Como demonstrar resultado

- ▶ número de unidades atendidas, tempo de acompanhamento e área abrangida;
- ▶ mudança de prática com indicador claro: manejo, insumo, água, solo ou diversidade;
- ▶ custo por unidade e comportamento em condições climáticas adversas.

Cuidados essenciais

- ▶ usar os termos “orgânico” e “agroecológico” e prometer certificação, registro ou reconhecimento apenas conforme as regras aplicáveis a cada um — agroecologia não exige certificação orgânica;
- ▶ cumprir normas de bioinsumos, agrotóxicos, trabalho e proteção ambiental;
- ▶ respeitar conhecimentos tradicionais, consentimento e repartição de benefícios.

Este tema combina com sua solução se...

Sua solução apoia a transição produtiva, o registro de práticas, a assistência técnica ou a adaptação climática da agricultura familiar.

Para aprofundar: dados, guias e normas

Use esta curadoria para testar hipóteses, construir uma linha de base e conferir requisitos antes de formular a solução. A consulta é recomendada, mas os materiais não criam obrigações além das previstas no Edital e no Guia do Participante.

REFERÊNCIA INTERNACIONAL · [FAO — The 10 Elements of Agroecology \(2018\)](#) — Referencial indicado pelo MDS para orientar a transição agroecológica: diversidade, sinergias, eficiência, reciclagem, resiliência, valores humanos e sociais, cultura alimentar, governança responsável e economia circular e solidária — escopo mais amplo que a certificação orgânica.

<https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1147761/>

BASE DE DADOS · [Censo Agropecuário 2017](#) — Permite dimensionar agricultura familiar, produção orgânica, estabelecimentos e características produtivas do território.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>

BASE DE DADOS · [Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos \(CNPO\)](#) — Oferece painel, planilha atual, histórico e informações sobre produtores e mecanismos de avaliação da conformidade.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-de-produtores-organicos-cnpo>

GUIAS E NORMAS · [Portal de Produção Orgânica do MAPA](#) — Reúne fichas agroecológicas, formas de regularização, legislação e orientações sobre controle social e sistemas participativos.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>

PLANO · [III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — 2024–2027](#) — Organiza objetivos, iniciativas e responsabilidades federais para a transição agroecológica e a produção orgânica.

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/planapo-iii-2024-2027>

BASE DE DADOS · Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) — Ajuda a compreender o universo cadastrado de unidades familiares e organizações aptas a acessar políticas públicas.

<https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>

NORMA · Lei nº 12.188/2010 — Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), base legal da assistência técnica continuada tratada no desafio 3.3.

NORMA · Lei nº 14.904/2024 — Estabelece diretrizes para os planos de adaptação à mudança do clima, referência para o protocolo climático deste desafio.

NORMA · Lei nº 15.070/2024 — Marco regulatório dos bioinsumos, relevante às famílias de solução de infraestrutura e insumos compartilhados.

NORMA · Decreto nº 11.582/2023 — Dispõe sobre a governança da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), complementar ao Decreto nº 7.794/2012.



Desafio 4 · Abastecimento e Acesso a Alimentos Saudáveis

Redes de abastecimento, acesso físico e econômico e articulação territorial

O caminho do alimento precisa encontrar o caminho das pessoas: alimentos adequados e saudáveis precisam estar fisicamente próximos, economicamente acessíveis e disponíveis com regularidade, inclusive nas periferias e nos territórios com menor oferta.

Pergunta principal

Como ampliar, facilitar e aproximar o acesso físico e econômico ao alimento saudável, priorizando áreas de desertos e pântanos alimentares e a população em situação de vulnerabilidade social, valorizando a agricultura local, de forma justa e sustentável?

O problema, em poucas palavras

Produzir alimentos e comprá-los não garante que eles estejam disponíveis onde as pessoas vivem. Entre a produção e o consumo existe uma rede complexa de transporte, armazenamento, comercialização, feiras, pequenos varejistas, equipamentos públicos e outros pontos de acesso. Quando essa rede é fragmentada, alimentos percorrem distâncias maiores, custos aumentam, perdas podem ocorrer e determinados territórios permanecem com pouca oferta de alimentos frescos e saudáveis. Uma rede conecta produtores, feiras, pequenos varejistas, equipamentos de SAN e consumidores. Um dos problemas não é a falta de equipamentos físicos multifuncionais de SAN — é o desconhecimento da própria oferta local: municípios que não sabem o que sua região produz, não planejam a demanda a partir dessa produção, não têm assistência técnica que conecte as duas pontas, não tem equipamentos de abastecimento para escoar produção local. Sem coordenação de rotas, armazenamento, regras e informação, o alimento precisa vir de longe, perde qualidade, encarece — ou não chega, especialmente nas periferias urbanas, conformando os chamados desertos alimentares, ou seja, áreas onde não há oferta de alimentos saudáveis.

O acesso econômico agrava o problema físico: o preço pago ao agricultor familiar costuma ser baixo, enquanto o preço do alimento ultraprocessado é, com frequência, inferior ao do alimento saudável. Coordenar origem, lote, condição, tempo e destino é tão importante quanto transportar — e não pode excluir pequenos fornecedores. O desafio, portanto, não é simplesmente “melhorar a logística”. É **construir redes territoriais capazes de conectar produção, circulação e consumo**, garantindo que alimentos adequados e saudáveis cheguem de forma regular, economicamente acessível e sustentável aos territórios que mais precisam.

O que está em jogo

Conectar produção e consumo: encurtar caminhos, preservar qualidade e ampliar o acesso físico e econômico a alimentos saudáveis em territórios prioritários. Ampliar o acesso aos alimentos saudáveis, qualificando a rede de abastecimento local.

Em números

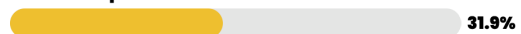
Redes de abastecimento: feiras, mercados públicos, sacolões e apoio a rastreabilidade escassos

Feiras: presença x apoio recebido

Tem Feiras



Recebem Apoio



190 km

distância mediana em linha reta até a capital; 27,4% ficam a 300 km ou mais.

79,6% | 22,5%

têm até 50 mil habitantes / têm maioria rural- operação de pequena escala.

3,5%

dos municípios que regulamentam feiras tratam da rastreabilidade dos alimentos.

Fontes primárias: IBGE/Censo 2022; IBGE/MUNIC 2024 - Suplementos de SAN; Coordenadas oficiais. Cálculo próprio no recorte; distâncias geodésicas, não rodoviárias.

O que os dados mostram

- **A rede de abastecimento é ampla, mas desigual.** No conjunto com informação da MUNIC, feiras livres aparecem em 82,4% dos municípios, mercados públicos em 59,0%, centrais de recebimento da agricultura familiar em 13,9% e sacolões em 4,3%. Os denominadores variam ligeiramente conforme o item.
- **Densidade de estabelecimentos comerciais de alimentos saudáveis e não saudáveis em nível municipal:** considerando todos os municípios brasileiros, a maioria dos municípios com menor densidade de estabelecimentos saudáveis encontram-se na região Norte e Nordeste. Ao todo são 54 municípios com densidade igual a zero e 1394



municípios com menor densidade de estabelecimentos saudáveis distribuídos em todos os estados brasileiros. De maneira geral, a maioria dos municípios com menor densidade de estabelecimentos saudáveis é de pequeno porte (até 50 mil habitantes), representando cerca de 95%. Quanto à densidade de estabelecimentos comerciais de alimentos não saudáveis, 1391 municípios apresentam maior densidade de estabelecimentos não saudáveis, distribuídos em todos os estados brasileiros. Observa-se que os municípios com maior densidade destes estabelecimentos se concentram principalmente nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam os menores valores para o indicador.

- ▶ **Desertos e pântanos alimentares** mostram que presença de comércio não garante oferta saudável. Em estudo com as 91 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes — cerca de 77 milhões de pessoas — aproximadamente 25 milhões residiam em áreas de desertos alimentares e 15 milhões em pântanos alimentares. Esses valores não devem ser extrapolados para os demais municípios.
- ▶ **A logística regional também pesa.** No II ciclo, a distância mediana até a capital é de cerca de 190 km e 27,4% dos municípios ficam a 300 km ou mais. A rastreabilidade permanece pouco presente nas regras de feiras: apenas 3,5% dos municípios que as regulamentam tratam do tema.

Fontes primárias e de referência: IBGE/MUNIC 2024 — Suplemento SAN; base territorial do II ciclo; Plataforma Alimenta Cidades e estudo de ambientes alimentares em 91 cidades com mais de 300 mil habitantes. Universos e coberturas são indicados em cada dado.

Quem sente esse problema:

Produtores, feirantes, cooperativas, pequenos varejistas, usuários e beneficiários dos equipamentos de SAN, equipes municipais e moradores com pouca oferta de alimentos frescos.

Desafios de Inovação

Os três desafios percorrem a viagem do alimento: aproximar oferta e demanda, registrar o percurso e intervir para garantir acesso físico e econômico.

4.1 · Aproximar Produção e Consumo

Pequenos lotes, rotas dispersas, janelas curtas e baixa ocupação tornam o transporte caro. Mesmo quando o alimento chega à cidade, pontos de venda e horários podem não

alcançar áreas rurais, periferias ou bairros com pouca oferta de alimentos frescos. Territórios com pouco acesso físico a alimentos saudáveis.

Pergunta: Como podemos aproximar produção e consumo e garantir acesso físico e econômico a alimentos saudáveis, especialmente a moradores de periferia e regiões com desertos e pântanos alimentares, articulando produção local e agricultura familiar??

Mostre na proposta: origens, destinos e públicos atendidos; volume e ocupação da carga; tempo, custo e perdas; conservação; e funcionamento em rotas rurais, urbanas ou fluviais. Explique como amplia o acesso sem depender de um único operador.

Exemplos de caminho: circuitos curtos, pontos de consolidação, roteirização colaborativa, logística compartilhada, feiras itinerantes e outros equipamentos de abastecimento, e apoio ao micro e pequeno varejo.

4.2 · Qualificar a rede de abastecimento local

Municípios podem ter feiras e pontos de venda e, ainda assim, depender de uma rede pouco diversificada, com baixa presença de iniciativas públicas, poucos dados sobre oferta e pouca capacidade de apoiar feirantes, mercados, sacolões e pequenos varejistas. Qualificar a rede exige conhecer o que existe, fortalecer atores locais e criar ou aprimorar formas públicas e comunitárias de abastecimento.

Pergunta: Como podemos qualificar a rede local de abastecimento — pequenos varejistas, feirantes, mercados públicos e equipamentos —, para municípios que desconhecem sua própria rede, ampliando a oferta de alimentos adequados e saudáveis com dados, formação e apoio técnico?

Mostre na proposta: como mapear os pontos da rede local, que dados e formação oferecem à gestão municipal e aos próprios pontos de venda, e como o apoio técnico chega a quem tem pouca estrutura.

Exemplos de caminho: mapeamento da rede local, cadastro simplificado de pontos de venda, formação para feirantes e pequenos varejistas, e apoio técnico itinerante ou remoto.



4.3 · Consolidar logística entre municípios vizinhos

A distância mediana de 190 km até a capital, com 27,4% dos municípios a 300 km ou mais, fragmenta a oferta e encarece a logística de cada município isoladamente.

Pergunta: Como podemos fortalecer o abastecimento regional de alimentos saudáveis e de qualidade, a partir de circuitos curtos de produção e distribuição, para ampliar sua disponibilidade nas cidades — especialmente em desertos alimentares?

Mostre na proposta: quais municípios se articulam, que estruturas existentes são aproveitadas, e como a solução reduz custo e amplia oferta sem depender de infraestrutura nova de grande porte.

Exemplos de caminho: *hubs e pontos de consolidação regionais, armazenamento compartilhado, cadeias frias adequadas, roteirização intermunicipal, backhaul, integração de entrepostos existentes e compartilhamento de informação sobre oferta e demanda.*

O que precisa funcionar na prática

Adapte ao contexto

- ▶ Em territórios amazônicos e zonas rurais: prever rotas fluviais ou longas distâncias, comunicação intermitente, conservação e operação autônoma.
- ▶ No semiárido e em polos de produção familiar: articular oferta local, água, armazenamento e circuitos curtos sem perder capacidade de atender mercados maiores.
- ▶ Em cidades médias, grandes, bordas urbanas e metrópoles com poucos fornecedores locais: conectar abastecimento local a redes regionais, entrepostos e municípios vizinhos, com responsabilidades e custeio definidos.

E o clima? Teste o que acontece quando a rota principal, o fornecedor, a energia ou a conexão falham: rotas alternativas, cadeia fria, operação offline e retomada. Para alegar redução de emissões, mostre distância, veículo e ocupação da carga.

Mudanças que queremos ver

- ▶ menor tempo, custo e viagens ociosas entre colheita e ponto de venda;
- ▶ maior disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis nos territórios priorizados;
- ▶ origem e destino registrados de forma simples e verificável;

Como demonstrar resultado

- ▶ volume movimentado, parcela destinada ao consumo humano, perda evitada e resíduo encaminhado, com método de medição;
- ▶ tempo, custo, distância e taxa de ocupação por rota ou entrega;
- ▶ produtores, pontos de venda e territórios atendidos; frequência, infraestrutura, cadeia fria e controle sanitário.

Cuidados essenciais

- ▶ garantir boas práticas de transporte, armazenamento e manipulação de alimentos;
- ▶ observar a inspeção de produtos de origem animal e as regras locais; priorizar prevenção e consumo humano seguro e não distribuir alimentos impróprios;
- ▶ proteger dados comerciais sensíveis de pequenos fornecedores e pontos de venda ao mapear a rede local.

Este tema combina com sua solução se...

Sua solução melhora a circulação, a conservação, a rastreabilidade, o aproveitamento ou a destinação segura de alimentos — e amplia a oferta de alimentos adequados e saudáveis especialmente em periferias urbanas.

Para aprofundar: dados, guias e normas

Use esta curadoria para testar hipóteses, construir uma linha de base e conferir requisitos antes de formular a solução. A consulta é recomendada, mas os materiais não criam obrigações além das previstas no Edital e no Guia do Participante.

MANUAL · [Manual de Implementação da Estratégia Alimenta Cidades](#) — Orienta circuitos curtos, mercados territoriais, micro e pequeno varejo, equipamentos de abastecimento e redução de perdas.

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/SESAN__MANUAL_IMPLEMENTACAO ESTRATEGIA_SAN_CIDADES_defeso.pdf

BASE DE DADOS · [PROHORT — Ofertas, preços e origens](#) — Reúne séries de comercialização das Ceasas, preços, regiões produtoras e boletins mensais para testar hipóteses de rota, oferta e sazonalidade.

<https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/hortigranjeiros-prohort>

NORMA · [Lei nº 15.224/2025 — Perda, desperdício e doação de alimentos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15224.htm) — Define a política nacional e as regras vigentes para doação. Use para desenhar triagem, segurança, rastreabilidade e destinação.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15224.htm

MÉTODO · [Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos 2024](https://www.unep.org/pt-br/resources/publicacoes/relatorio-do-indice-de-desperdicio-de-alimentos-2024) — Traz conceitos e métodos de medição para varejo, serviços de alimentação e domicílios. Não transfira estimativas globais diretamente para o município.

<https://www.unep.org/pt-br/resources/publicacoes/relatorio-do-indice-de-desperdicio-de-alimentos-2024>

ESTUDO · [City region food systems under multiple shocks and stresses](https://doi.org/10.4060/cd1971en) — Síntese da FAO, CIRAD e RUAF sobre coordenação, diversificação e resiliência de redes alimentares urbanas diante de choques.

<https://doi.org/10.4060/cd1971en>



Desafio 5 · Equipamentos e Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional

Operação, integração e continuidade dos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EqSAN)

Restaurantes populares, cozinhas comunitárias e solidárias, bancos de alimentos, centrais de recebimento, sacolões e outros equipamentos são parte da infraestrutura por meio da qual políticas de segurança alimentar e nutricional chegam à população. Mas a existência física não garante um serviço efetivo, contínuo e articulado.

Pergunta principal

Como aumentar a eficiência e a efetividade dos equipamentos e serviços de Segurança Alimentar e Nutricional, públicos e sociais, para que funcionem de maneira contínua e integrada em direção a um sistema alimentar sustentável e justo?

O problema, em poucas palavras

Um equipamento de SAN é mais do que um prédio ou uma cozinha: é um serviço contínuo que depende de infraestrutura, orçamento, equipe, manutenção, insumos, responsabilidade técnica, logística e acolhimento. Um mesmo equipamento costuma cumprir mais de uma função no território. A capacidade das equipes (formação continuada, tamanho e capacidade técnica de gestão) pesa tanto quanto custeio e governança contratual, hoje mais destacados no diagnóstico.

A rede inclui cozinhas solidárias geridas pela sociedade civil e reconhecidas como tecnologia social. Inovar pode qualificar espaços, serviços e parcerias existentes — com segurança sanitária, trabalho digno e instrumento jurídico adequado — sem exigir uma nova unidade.

No recorte dos 1.000 municípios, **50,7% não possuem nenhum dos sete tipos de equipamentos considerados na análise da MUNIC**, considerando equipamentos de diferentes titularidades. No retrato nacional produzido pelo MDS, **61,8% dos municípios brasileiros não possuíam nenhum dos tipos considerados no mapeamento**, evidenciando a dimensão territorial da lacuna.

Mesmo onde existem equipamentos, há outro desafio: **mantê-los funcionando continuamente**. Apenas **32,4% dos restaurantes populares e 38,8% das cozinhas comunitárias** declararam previsão de recursos para gestão e custeio. Ou seja, a implantação de uma unidade é apenas o início do problema. É preciso garantir equipe, compras, manutenção, energia, água, equipamentos, insumos, segurança sanitária, logística, gestão e capacidade de adaptação.

Isso é especialmente relevante para municípios pequenos, onde uma mesma equipe pode responder por diferentes políticas e onde não há escala para manter estruturas especializadas. O desafio também envolve reconhecer que um equipamento pode cumprir várias funções simultaneamente: ofertar refeições, receber alimentos da agricultura familiar, apoiar ações de educação alimentar e nutricional, reduzir desperdícios, funcionar como ponto de distribuição e articular serviços públicos e comunitários.

O que está em jogo

passar de uma lógica de “instalar equipamentos” para uma lógica de **construir uma rede de serviços públicos e sociais que seja acessível, multifuncional, eficiente e capaz de funcionar continuamente.**

O que os dados mostram

- ▶ **A cobertura é desigual.** Considerando cinco equipamentos estruturantes — restaurante popular, cozinha comunitária, banco de alimentos, central de recebimento da agricultura familiar e sacolão — em qualquer titularidade, 54,1% dos 1.102 municípios não contam com nenhum deles. A diferença entre ciclos é grande: 15,7% no I ciclo e 58,0% no II ciclo.
- ▶ **A MUNIC também pergunta sobre feira livre e mercado público, formando uma leitura ampliada de sete tipos de infraestrutura de abastecimento.** Esses dois tipos são equipamentos de comercialização, não de provisão direta de refeição ou assistência alimentar. Além disso, os sete tipos não cobrem todo o universo normativo de EqSAN previsto na Portaria Conjunta MDS/MDA nº 43/2026.
- ▶ **Operar exige custeio.** Na MUNIC, apenas 32,4% dos restaurantes populares e 38,8% das cozinhas comunitárias declararam previsão de recursos para gestão e custeio; cerca de quatro em cinco declararam responsável técnico. No retrato nacional do MDS, 3.952 equipamentos estavam distribuídos em 2.128 municípios — um universo distinto do recorte deste briefing.

Fontes primárias: IBGE/MUNIC 2024 — Suplemento SAN; MDS — Mapeamento dos Equipamentos de SAN nos Municípios Brasileiros; Portaria Conjunta MDS/MDA nº 43/2026. Cálculo próprio para os cinco equipamentos estruturantes em qualquer titularidade no conjunto de 1.102.

Quem sente esse problema:

Pessoas atendidas; equipes e gestores; agricultores; cozinhas solidárias e organizações parceiras.

Desafios de Inovação

Os desafios observam o equipamento como sistema: eficiência da operação; conexão com compras públicas, agricultores, abastecimento, doações, serviços e outros equipamentos do território; e continuidade institucional.

5.1 · Custo, perdas e qualidade da refeição

Quando o custo real, as perdas e o consumo de recursos ficam invisíveis, a economia pode vir de porções menores, sobrecarga de trabalho ou adiamento da manutenção.

Pergunta: Como podemos reduzir custo e perdas por refeição sem comprometer a qualidade nutricional, a segurança, a dignidade e a continuidade do serviço, para pessoas atendidas por restaurantes populares, cozinhas comunitárias, cozinhas solidárias e demais equipamentos?

Mostre na proposta: linha de base, composição do custo, perda técnica, consumo de água e energia, equipe necessária e salvaguardas. Demonstre que o ganho não depende de reduzir porções ou precarizar o trabalho.

Exemplos de caminho: *gestão de estoque e cardápio, fichas técnicas, aproveitamento integral dos alimentos, eficiência hídrica e energética e manutenção preventiva.*

5.2 · Ampliar funções e articular em rede

Um mesmo equipamento pode cumprir mais de uma função no território, mas a política ainda trata cada tipo como unidade de propósito único. Cozinhas, bancos, feiras, escolas e agricultores podem estar próximos e ainda operar isolados, sem reconhecimento das múltiplas funções que já exercem.

Pergunta: Como podemos ampliar as funções dos equipamentos de SAN e articulá-los em uma rede única, considerando uma perspectiva de circularidade, com logística compatível e adequada às exigências sanitárias vigentes?

Mostre na proposta: como a multifuncionalidade é reconhecida e demonstrada — inclusive em espaços públicos existentes que não sejam equipamentos de SAN já instalados, já que

58,0% dos municípios do recorte não têm nenhum dos cinco equipamentos estruturantes —, e como a integração em rede respeita critérios sanitários e a perecibilidade dos alimentos.

Exemplos de caminho: planejamento compartilhado entre unidades, uso multifuncional de espaços públicos existentes, estratégias de redução de descartáveis e logística integrada. Prevenção e redistribuição de excedentes e perdas são tratadas no Desafio 7.

5.3 · Fazer o serviço sobreviver à troca de gestão

O serviço fica vulnerável quando contratos, fornecedores, manutenção e conhecimento operacional dependem de uma pessoa ou arranjo temporário. Nas parcerias com organizações sociais, responsabilidades, custeio e prestação de contas também precisam estar claros.

Pergunta: Como podemos criar governança, contratos, registros e manutenção que atravessem mudanças de equipe, considerando que o funcionamento hoje depende de poucas pessoas ou de arranjos temporários?

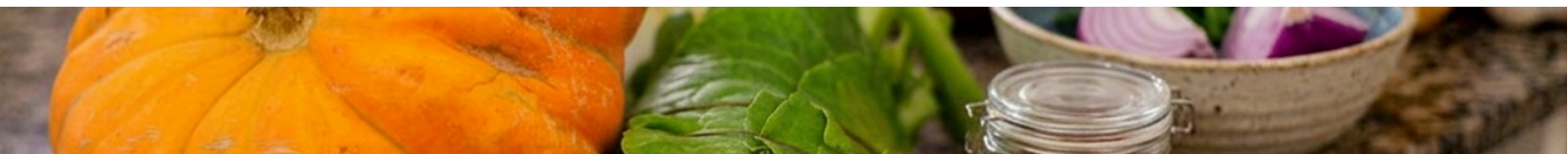
Mostre na proposta: governança, responsabilidades, instrumento jurídico, controle social, manutenção, contingência, transferência de conhecimento e custo mensal de continuidade.

Exemplos de caminho: manuais operacionais, formação continuada, acordos de nível de serviço e modelos transparentes de cogestão.

O que precisa funcionar na prática

Adapte ao contexto

- ▶ Onde há baixa cobertura de equipamentos ou pouca dotação de SAN: requalificar estruturas e iniciativas existentes, usar módulos simples e não transferir custo ou trabalho não remunerado às comunidades.
- ▶ Em cidades com rede instalada e financiamento mais maduro: integrar compras, fornecedores, unidades e serviços, tornar custos e responsabilidades visíveis e demonstrar resultados de continuidade.
- ▶ Em metrópoles ou cidades com poucos fornecedores locais: prever abastecimento regional, recebimento, logística e contingência sem pressupor produção próxima.



E o clima? As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul mostraram o papel das cozinhas solidárias. Preveja falhas de água, energia, internet, refrigeração e rotas sem perder segurança; meça perdas como indicador operacional e climático.

Mudanças que queremos ver

- ▶ serviços contínuos, com custeio e manutenção previsíveis;
- ▶ mais insumos vindos da agricultura familiar local;
- ▶ menor custo e menos perdas, com qualidade mantida;
- ▶ equipamentos acessíveis, acolhedores e conectados ao território.

Como demonstrar resultado

- ▶ unidades ou refeições atendidas e dias ou meses de funcionamento contínuo;
- ▶ custo por refeição, perda técnica e consumo de água ou energia por grupo de refeições;
- ▶ volume de alimentos movimentado e tempo entre a identificação ou o registro de uma oferta e sua recepção pelo equipamento, quando esse fluxo fizer parte da solução;
- ▶ equipe necessária, manutenção, conformidade sanitária e transferência de conhecimento.

Cuidados essenciais

- ▶ cumprir boas práticas sanitárias e contar com responsável técnico quando exigido;
- ▶ preservar trabalho digno, acessibilidade, privacidade e atendimento sem estigma;
- ▶ nas doações e redistribuições, observar a Lei nº 15.224/2025, a rastreabilidade e as regras sanitárias; nas parcerias com organizações da sociedade civil, garantir instrumento jurídico adequado, transparência, prestação de contas e trabalho digno.

Este tema combina com sua solução se...

Sua solução ajuda um equipamento público, uma iniciativa comunitária ou uma rede de SAN a operar melhor, reduzir perdas, integrar-se ao território ou continuar funcionando.



Para aprofundar: dados, guias e normas

Use esta curadoria para testar hipóteses, construir uma linha de base e conferir requisitos antes de formular a solução. A consulta é recomendada, mas os materiais não criam obrigações além das previstas no Edital e no Guia do Participante.

DIAGNÓSTICO · [Mapeamento dos Equipamentos de SAN nos Municípios Brasileiros](#) — Apresenta o retrato nacional e a distribuição dos tipos de equipamento, com base na MUNIC 2024.

NORMA E PAINEL · [Portaria Conjunta MDS/MDA nº 43/2026 e Cadastro Nacional dos EqSANS](#) — Define os equipamentos no Sisan e direciona ao cadastro e ao painel de visualização para planejamento e monitoramento.

BASE DE DADOS · [Plataforma Alimenta Cidades](#) — Reúne o cadastro de equipamentos e o mapeamento de desertos e pântanos alimentares, úteis para testar localização, público e integração territorial.

<https://alimentacidades.digital/>

PROGRAMA · [Programa Cozinha Solidária](#) — Detalha a tecnologia social, as formas de apoio, o papel das entidades gestoras e a articulação com o PAA.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria>

GUIA · [Boas Práticas para Serviços de Alimentação — Anvisa](#) — Orienta preparação, armazenamento, higiene e manipulação segura em restaurantes, cozinhas institucionais e outros serviços de alimentação.

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/alimentos/manuais-guias-e-orientacoes/cartilha-boas-praticas-para-servicos-de-alimentacao.pdf/%40%40display-file/file>



Desafio 6 · Perdas e Desperdício de Alimentos

Prevenção, redistribuição e valorização de perdas e desperdício de alimentos

O que se perde entre a colheita e a mesa não é só alimento: também se perdem trabalho, água, energia e recursos. Por isso, a prioridade é prevenir; quando houver excedente seguro, redistribuir para consumo humano; e só depois valorizar resíduos inevitáveis.

Pergunta principal

Como reduzir perdas e desperdício entre a colheita e a mesa, destinando o excedente seguro para consumo e valorizando os resíduos?

O problema, em poucas palavras

Perdas e desperdícios acontecem em diferentes pontos do sistema alimentar: na produção, na colheita, no transporte, no armazenamento, na comercialização, no preparo e no consumo. O problema, portanto, não é apenas aquilo que chega ao lixo. Cada alimento perdido representa também recursos naturais, trabalho, energia, água, infraestrutura e valor econômico que foram mobilizados sem gerar o benefício esperado.

Nos municípios, entretanto, grande parte desse fenômeno permanece invisível. As administrações têm pouca informação integrada sobre onde ocorrem as perdas, quanto representam, quais alimentos são mais afetados, quais atores estão envolvidos e quais alternativas de prevenção são viáveis.

Perdas e desperdício de alimentos (PDA) acontecem em dois blocos que se reforçam. O primeiro é de governança e articulação: secretarias, produtores, feirantes, varejistas e equipamentos de SAN não coordenam esforços de prevenção, e a agenda raramente chega à decisão orçamentária do gestor municipal. O segundo é de cadeias de produção: sem diagnóstico e medição, alimentos seguros para consumo, excedentes comerciais e resíduos orgânicos entram no mesmo fluxo de descarte. A hierarquia que orienta este desafio é conceitual e deliberada: prevenir a perda vale mais do que redistribuir o excedente, que vale mais do que compostar ou biodigerir o resíduo. Soluções tecnológicas, sociais e de serviço têm papel em cada etapa — da triagem à logística de doação, do dado de gestão à compostagem comunitária.

O desafio é particularmente complexo porque prevenir perdas exige coordenação entre atores que normalmente pertencem a setores e políticas diferentes: agricultura, abastecimento, limpeza urbana, meio ambiente, assistência social, saúde, comércio, produtores, feirantes, varejistas, equipamentos de SAN e organizações sociais.

Por isso, é preciso perguntar **como evitar que o alimento se torne resíduo** e, quando isso não for possível, como preservar seu valor pelo maior tempo possível.

O que está em jogo

transformar perdas e desperdícios de um problema pouco mensurado e geralmente tratado no final da cadeia em uma agenda de **prevenção, segurança alimentar e nutricional e economia circular**.

O que os dados mostram:

- ▶ **Ainda falta uma linha de base municipal** consolidada para medir quanto alimento é perdido ou desperdiçado no conjunto dos 1.102 municípios. Por isso, este briefing não apresenta uma estimativa agregada de perdas e desperdício para o conjunto participante. Dados de resíduos orgânicos também não devem ser tratados automaticamente como medida de perda ou desperdício de alimentos.
- ▶ **A rastreabilidade é um ponto cego.** Apenas 3,5% dos municípios que regulamentam feiras tratam da rastreabilidade dos alimentos, o que limita a capacidade de localizar perdas e atuar rapidamente sobre excedentes seguros.
- ▶ **A redistribuição já possui uma rede nacional relevante.** A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos reúne 208 bancos e informa mais de 72.920 toneladas de alimentos arrecadadas em 2024. Esse dado é nacional e não deve ser interpretado como volume dos 1.102 municípios participantes.

Fontes primárias e de referência: IBGE/MUNIC 2024 — Suplemento SAN; MDS — Rede Brasileira de Bancos de Alimentos; Lei nº 15.224/2025. O SINISA pode apoiar a leitura de resíduos sólidos, mas não é usado aqui como medida direta de perdas e desperdício de alimentos.

Quem sente esse problema:

Famílias; mulheres responsáveis pela compra e preparo; estudantes; profissionais de saúde, educação e assistência social; povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Desafios de Inovação

Os desafios seguem a hierarquia do desafio: articular quem decide, medir e agir a tempo, e tornar visível o custo de não prevenir.



6.1 · Articular setores e elos da cadeia contra perdas e desperdício

Secretarias, produtores, feirantes, varejistas e equipamentos de SAN raramente coordenam esforços contra perdas e desperdício — a governança fragmentada entre setores e elos da cadeia é o primeiro bloco do problema.

Pergunta: Como podemos articular os diferentes setores do município e os elos da cadeia — produtores, feirantes, varejistas e equipamentos — em torno da prevenção de perdas e desperdício, para municípios sem equipe dedicada ao tema?

Mostre na proposta: como a solução conecta setores e elos da cadeia sem substituir a governança municipal, quem participa e como sustenta a articulação ao longo do tempo.

Exemplos de caminho: fóruns e comitês intersetoriais, plataformas de coordenação entre secretarias, protocolos de articulação com produtores e varejo.

6.2 · Diagnosticar, medir e agir a tempo

Sem diagnóstico local, o município não sabe onde e quanto se perde. E diagnóstico sozinho não basta: sem triagem, redistribuição e valorização de resíduos, a medição não se converte em ação — o desafio não pode ficar bem coberto em governança e diagnóstico e vazio em operação.

Pergunta: Como podemos fomentar diagnósticos locais e viabilizar ações diretas de triagem, redistribuição e valorização de resíduos para perdas e desperdício de alimentos, ampliando o acesso a alimentos saudáveis pela população e a valorização dos resíduos orgânicos nos municípios?

Mostre na proposta: fluxo, frequência, responsáveis, formação, acessibilidade, consumo de dados e continuidade após o piloto.

Exemplos de caminho: gestão de validade, venda social, doação, micro-coletas, processamento, aproveitamento integral, compostagem e biodigestão.



6.3 · Tornar visível o custo de não prevenir

A prevenção de perdas e desperdício de alimentos raramente entra na decisão orçamentária e operacional do gestor municipal — não por decisão deliberada, mas porque o custo da inação permanece invisível.

Pergunta: Como podemos tornar visível o custo das perdas e do desperdício de alimentos para gestores municipais, de modo que a prevenção entre na decisão orçamentária e operacional?

Mostre na proposta: como calcula e comunica o custo da perda, quem recebe a informação e como ela entra na decisão orçamentária — a ferramenta apoia a decisão do gestor, sem substituí-la.

Exemplos de caminho: dashboards de custo, ferramentas de análise orçamentária, painéis de indicadores e relatórios de retorno da prevenção.

O que precisa funcionar na prática

Adapte ao contexto

- ▶ Execução ativa, sem equipe dedicada: começar pela articulação entre setores já existentes e pelo diagnóstico simples, sem criar estrutura nova.
- ▶ Base institucional em formação: usar registros simples, uso assistido e triagem manual antes de exigir sistemas automatizados.
- ▶ Gestão financiada e governança ampla: integrar diagnóstico, articulação intersetorial e operação de triagem e redistribuição, com responsabilidades e custeio definidos.

E o clima? A decomposição de resíduos orgânicos em aterros emite metano, um gás de efeito estufa potente — prevenir perdas e desperdício de alimentos é também ação climática direta, não apenas adaptação. Meça a redução de resíduos destinados a aterro como indicador operacional e climático.

Mudanças que queremos ver

- ▶ setores e elos da cadeia articulados contra perdas e desperdício;
- ▶ perdas diagnosticadas, medidas e reduzidas na origem;
- ▶ mais excedentes seguros redistribuídos para consumo humano, antes de qualquer outra destinação;

- ▶ custo da inação visível na decisão orçamentária, e mais resíduos valorizados por compostagem ou biodigestão..

Como demonstrar resultado

- ▶ volume diagnosticado, medido e efetivamente reduzido, com método de medição declarado;
- ▶ parcela destinada ao consumo humano, à compostagem ou biodigestão, com hierarquia de destinação respeitada;
- ▶ tempo entre a identificação do excedente e o destino final;
- ▶ custo da perda evitada, comunicado de forma acessível ao gestor municipal.

Cuidados essenciais

- ▶ priorizar sempre a prevenção e o consumo humano seguro antes de qualquer outra destinação — inclusive compostagem e biodigestão;
- ▶ nas doações e redistribuições, cumprir a Lei nº 15.224/2025 e assegurar qualidade, segurança e rastreabilidade; não distribuir alimentos impróprios para consumo;
- ▶ não tratar rastreabilidade como certificação orgânica ou agroecológica; nas parcerias com organizações da sociedade civil, garantir instrumento jurídico adequado, transparência e prestação de contas.

Este tema combina com sua solução se...

Sua solução une educação, prática e ambiente para ampliar autonomia, acesso ou práticas alimentares — com respeito à cultura local, continuidade e resultado mensurável.

Para aprofundar: dados, guias e normas

NORMA · [Lei nº 15.224/2025](#) — Dispõe sobre a doação de alimentos, com regras de qualidade, segurança e responsabilidade dos doadores; base normativa das ações de redistribuição deste desafio.

BASE DE DADOS · [SINISA](#) — Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento; fonte candidata para dados de destinação de resíduos, mas os percentuais citados pela oficina (97%/3%) ainda não foram localizados e confirmados nesta base — ver nota de pendência acima.

PENDÊNCIA DE FONTE · Dados de CEASAs e da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos sobre redistribuição de excedentes foram anunciados durante a oficina, mas não foram entregues para esta revisão — permanecem como pendência de cobrança ativa junto às fontes, não como referência já disponível.

Desafio 7 · Alimentação Saudável, Educação e Ambientes Alimentares

Educação Alimentar e Nutricional (EAN), autonomia, acesso e promoção da alimentação adequada e saudável

A informação é fundamental, mas, para que a alimentação adequada e saudável se concretize no cotidiano, é preciso garantir condições que tornem essa escolha possível: acesso aos alimentos, tempo, renda, serviços e ambientes favoráveis, respeitando a cultura e as especificidades de cada território.

Pergunta principal

Como aproximar a alimentação adequada e saudável da rotina real das famílias, articulando educação alimentar e nutricional ao acesso e aos ambientes alimentares dos territórios?

O problema, em poucas palavras

Promover alimentação adequada e saudável é um desafio que vai além da transmissão de informações. A possibilidade de comer é determinada por um conjunto de condições que envolvem **renda, disponibilidade, preço, localização dos alimentos, tempo, habilidades culinárias, cultura, publicidade e características do ambiente alimentar**. Assim, transformar conhecimento em prática exige criar condições concretas para que escolhas alimentares adequadas e saudáveis sejam possíveis, acessíveis e compatíveis com a realidade dos territórios. O Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014) reúne seis obstáculos: informação, oferta, custo, habilidades culinárias, tempo e publicidade. Por isso, explicar o que é adequado não basta. Onze causas estruturais compõem o quadro, incluindo esses seis obstáculos do Guia como subconjunto: desigualdade de renda, acesso físico, ambiente alimentar desfavorável, tempo e habilidades culinárias, pressão comercial, institucionalização insuficiente, sobrecarga das equipes municipais, baixa articulação intersetorial, monitoramento frágil, desigualdades territoriais e mudanças climáticas. O desafio municipal é criar condições para que escolhas adequadas sejam efetivamente possíveis no cotidiano.

O [Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas](#) (Brasil, 2012) trata essa prática como contínua, permanente e intersetorial. Para gerar autonomia, a solução precisa ligar educação, acesso, cultura e serviços — sem culpar indivíduos por barreiras coletivas. Nesse contexto, uma política baseada apenas em campanhas de informação corre o risco de responsabilizar indivíduos por problemas que são também determinados pelas condições concretas de vida.

Educação Alimentar: vazios de atuação no ambiente alimentar desigual**21,3%**

sem ação declarada de educação alimentar, 106 declararam não realizar, 129 não souberam informar

24,6

distribuem cesta básica sem critério nutricional.

Fontes primárias: IBGE/MUNIC 2024; Ministério da Saúde/SISVAN 2023; Gianetti et al. Revista de Saúde Pública 2026 (91 cidades com mais de 300 mil habitantes) Desertos/pântanos e SISVAN têm universos próprios não representam toda a população dos 1000 municípios

O que os dados mostram

- ▶ **Os dados de EAN têm universos próprios.** No II ciclo, 100 dos 1.000 municípios informaram não realizar ações de EAN e 123 não souberam responder. Juntos são 22,3%, mas “não realiza” e “não sabe informar” não devem ser tratados como a mesma situação. Esse indicador não está disponível de forma equivalente para os 102 municípios do I ciclo.
- ▶ **O ambiente alimentar é desigual.** Em estudo com 91 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, 32,3% da população vivia em desertos alimentares e 19,0% em pântanos; entre a população de baixa renda do Cadastro Único, eram 38,0% e 10,4%. O estudo representa essas 91 cidades, não os 1.102 municípios.
- ▶ **O SISVAN também tem cobertura parcial.** No II ciclo, a média municipal de excesso de peso adulto é 65,8% e a cobertura mediana é 10,2%; esses dados descrevem pessoas acompanhadas na Atenção Primária e não toda a população municipal.
- ▶ **A organização cotidiana da alimentação também é desigual.** No Brasil, em 2022, mulheres dedicaram em média 21,3 horas semanais a cuidados de pessoas e afazeres domésticos, contra 11,7 horas dos homens; tarefas ligadas ao preparo de alimentos permanecem fortemente concentradas nas mulheres. É um dado nacional, não do recorte municipal participante.

Fontes primárias: IBGE/MUNIC 2024; Ministério da Saúde/SISVAN 2023; Gianetti et al., Revista de Saúde Pública, 2026 (91 cidades com mais de 300 mil habitantes). SISVAN e o estudo de ambiente alimentar têm universos próprios; não representam toda a população dos 1.000 municípios.



O que está em jogo

Mudar o foco de “passar informação” para promover a prática autônoma e tornar a escolha possível: ligar orientação, prática, acesso e continuidade — sem culpa, nem estigma.

Quem sente esse problema:

Famílias e comunidades; mulheres sobrecarregadas com compra, preparo e cuidado; estudantes; povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; equipes de saúde, educação, assistência social, SAN e abastecimento; feirantes, comércio e serviços de alimentação; organizações comunitárias e outros atores que influenciam acesso e ambiente alimentar.

Desafios de Inovação

Os desafios percorrem a mudança completa: promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, integrar a ação aos serviços e medir prática e ambiente.

7.1 · Tornar a alimentação adequada possível no cotidiano

A informação, por si só, não supera barreiras como preço, baixa oferta, falta de tempo, perda de habilidades culinárias nem pressão comercial. A solução precisa atuar sobre as barreiras que, de fato, limitam a adoção de uma alimentação adequada e saudável no território, como a baixa oferta de alimentos saudáveis, a falta de tempo, a perda de habilidades culinárias e a pressão da publicidade.

Pergunta: Como aproximar a alimentação adequada e saudável da rotina real das famílias, articulando educação alimentar e nutricional ao acesso e aos ambientes alimentares dos territórios, considerando o contexto e a cultura alimentar de cada um deles?"

Mostre na proposta: qual público, território e barreira prioriza; como constrói autonomia e prática sem culpabilização; qu atores do território precisa envolver; e como se conecta à oferta, aos serviços e à cultura local.

Exemplos de caminho: cozinha prática,, materiais cocriados, apoio à compra e ações ligadas a feiras, hortas e equipamentos.



7.2 · Integrar EAN à rotina dos serviços e do território

Ações episódicas e canais criados apenas para um projeto tendem a desaparecer depois da mobilização inicial ou a aumentar a sobrecarga das equipes. Continuidade exige integração a rotinas, responsabilidades e formação permanente de diferentes setores.

Pergunta: Como podemos sustentar a Educação Alimentar e Nutricional na rotina de escolas, UBS, CRAS, equipamentos de SAN, feiras e redes comunitárias, para equipes municipais pequenas e que acumulam funções, sem depender de projetos pontuais ou de poucas pessoas?

Mostre na proposta: fluxo, frequência, responsáveis, formação permanente, acessibilidade, consumo de dados, articulação entre setores e continuidade após o piloto.

Exemplos de caminho: multiplicadores e formação entre pares; microaprendizagem; materiais offline; oficinas culinárias e hortas pedagógicas; integração entre SUS, SUAS, educação, SAN e abastecimento; agendas e protocolos compartilhados..

6.3 · Medir mudanças na prática e no ambiente

Contar participantes ou materiais distribuídos mede atividade, não resultado. A avaliação precisa observar se mudaram práticas, acesso, disponibilidade, preço, preparo, aquisição ou outras condições relevantes do ambiente alimentar...

Pergunta: Como podemos acompanhar mudanças na prática alimentar e no ambiente alimentar do território, com métodos viáveis para equipes pequenas?

Mostre na proposta: linha de base, indicador por fase da vida, método viável, tempo de acompanhamento e proteção de dados.

Exemplos de caminho: marcadores de consumo do SISVAN quando pertinentes, observação de práticas, preço, distância, disponibilidade e acompanhamento amostral responsável.

O que precisa funcionar na prática

Adapte ao contexto

- ▶ Execução ativa, sem financiamento estruturado: integrar ações de baixo custo recorrente aos canais e equipes que já atuam no território.
- ▶ Base institucional em formação: usar módulos simples, materiais offline, formação de multiplicadores e linguagem culturalmente adequada.
- ▶ Gestão financiada e governança ampla: coordenar setores, priorizar territórios e garantir responsáveis, frequência e avaliação.

E o clima? Relacione sazonalidade, biodiversidade, produção local, água, aproveitamento e saúde. A solução deve ampliar a capacidade coletiva de adaptação, não responsabilizar indivíduos pela crise climática.

Mudanças que queremos ver

- ▶ ações contínuas, participativas e integradas aos serviços e redes do território;
- ▶ orientações transformadas em habilidades, autonomia e apoio prático;
- ▶ mais acesso e disponibilidade de alimentos *in natura* e minimamente processados;
- ▶ cultura alimentar local valorizada e mudanças acompanhadas por fase da vida.

Como demonstrar resultado

- ▶ Indicadores de atividade: público alcançado, frequência, duração, continuidade, formação de equipes e articulação entre setores;
- ▶ Indicadores de resultado: mudanças em consumo, aquisição, preparo, preço, distância, disponibilidade, variedade ou práticas observadas, conforme o desafio;
- ▶ viabilidade: custo por pessoa ou território, tempo exigido da equipe, adequação cultural, acessibilidade e permanência após o piloto.

Cuidados essenciais

- ▶ alinhar a abordagem aos Guias Alimentares e ao Marco de EAN; evitar culpa, estigma e prescrição indevida;
- ▶ não promover marcas, produtos, suplementos ou dietas restritivas;
- ▶ proteger crianças, adolescentes, imagens e dados; não condicionar benefícios à participação e respeitar o escopo dos profissionais de saúde, da rede socioassistencial e de educação..

Este tema combina com sua solução se...

Sua solução une educação, prática e ambiente para ampliar autonomia, acesso ou práticas alimentares — com respeito à cultura local, continuidade e resultado mensurável.

Para aprofundar: dados, guias e normas

Use esta curadoria para testar hipóteses, construir uma linha de base e conferir requisitos antes de formular a solução. A consulta é recomendada, mas os materiais não criam obrigações além das previstas no Edital e no Guia do Participante.

MARCO · [Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional](#) — Define princípios, campos de prática e a EAN como ação contínua, intersetorial, participativa e promotora de autonomia.

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2018/documentos/cartilha_marco_ean.pdf

GUIA · [Guia Alimentar para a População Brasileira](#) — Referência oficial para alimentação adequada e saudável e para as barreiras de informação, oferta, custo, habilidades, tempo e publicidade.

https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

BASE DE DADOS · [SISVAN — Vigilância Alimentar e Nutricional](#) — Disponibiliza relatórios de estado nutricional e marcadores de consumo da população acompanhada na Atenção Primária; observe cobertura e qualidade do registro.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/vigilancia-alimentar-e-nutricional/sisvan>

BASE DE DADOS · [Plataforma Alimenta Cidades](#) — Oferece o mapeamento de desertos e pântanos alimentares e informações sobre equipamentos para relacionar orientação e ambiente alimentar.

<https://alimentacidades.digital/>

ESTUDO · [Ambiente alimentar no Brasil — Revista de Saúde Pública, 2026](#) — Analisa desertos e pântanos e sua sobreposição com baixa renda em 91 cidades com mais de 300 mil habitantes; não generalize o resultado para outros municípios.

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/jYmdChpKNPgyFr8SDwQCHmF/?format=pdf&lang=pt>

POLÍTICA · [Política Nacional de Alimentação e Nutrição \(PNAN\)](#) — Marco do SUS para promoção da alimentação adequada e saudável e vigilância alimentar e nutricional.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnan/pnan>



Fontes transversais e método de cálculo

A base de integração não é a fonte estatística

As planilhas analíticas foram usadas para relacionar os 1.000 municípios às bases oficiais, validar códigos IBGE e reproduzir cálculos. As notas deste briefing citam as instituições, sistemas e publicações que produziram cada dado, com o respectivo ano de referência.

PNAE e PAA medem fenômenos diferentes

PNAE — 76,5%: 756 de 988 municípios com resposta registrada na MUNIC, excluídas “recusa” e “não informou”, declararam aquisição da agricultura familiar em 2023; não é percentual dos recursos aplicados. PAA — 74,9%: 749 de 1.000 municípios apresentaram valor pago superior a zero em 2025 no VIS DATA 3, considerando todas as modalidades.

Bases transversais

As fontes específicas estão distribuídas na página “Para aprofundar” de cada desafio. Estas bases sustentam o retrato comum dos 1.000 municípios.

UNIVERSO · [Portaria MDS nº 1.178/2026](#) — Lista os 1.000 municípios homologados na Estratégia Alimenta Cidades.

BASE DE DADOS · [MUNIC 2024 — Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional](#) — Fonte das respostas municipais sobre governança, compras, agricultura urbana, feiras, equipamentos e EAN.

BASE DE DADOS · [Censo Demográfico 2022 — SIDRA](#) — População, situação urbano-rural e abastecimento de água.

BASE DE DADOS · [Censo Agropecuário 2017](#) — Estabelecimentos, agricultura familiar e produção orgânica.

BASE DE DADOS · [Cadastro Único — CECAD](#) — Informações agregadas sobre a população registrada; safra usada no recorte: 2022.

BASE DE DADOS · [Cadastro Nacional da Agricultura Familiar — CAF](#) — Unidades familiares e organizações com cadastro ativo; referência usada: 2025.

BASE DE DADOS · [SINISA](#) — Atendimento por rede e fragilidade das fontes de abastecimento de água; referência usada: 2024.

BASE DE DADOS · [SISVAN](#) — Estado nutricional e consumo alimentar da população acompanhada na Atenção Primária; referência usada: 2023.

Método: elaboração própria mediante cruzamento pelo código IBGE. O retrato usa percentuais, médias e medianas do recorte participante, sem ponderação pela população, salvo indicação expressa. Os quatro perfis foram construídos com 22 variáveis em cinco blocos de mesmo peso, usando distância de Gower e agrupamento PAM. Distâncias territoriais são geodésicas, não rodoviárias.

Fontes de campo: registros das oficinas regionais de Salvador, Belém e Brasília (2026). As planilhas e o relatório analítico recebidos foram usados para integração, conferência e reprodução dos cálculos; as citações remetem às bases e publicações originais.

Cautelas: os perfis não são ranking, medida de urgência nem estimativa de insegurança alimentar. A base não traz indicador municipal direto de insegurança alimentar. No tema climático, mede sobretudo água; eventos extremos, energia, produção e logística exigem diagnóstico local complementar.

Referências normativas consideradas: Leis nº 14.133/2021, 11.947/2009, 11.326/2006, 13.666/2018, 13.709/2018, 10.831/2003, 13.123/2015, 14.628/2023, 15.224/2025, 15.226/2025, 12.305/2010 e 13.019/2014; Decretos nº 11.821/2023 e 11.937/2024; Resolução CD/FNDE nº 4/2026; RDC Anvisa nº 216/2004; regulamentação vigente do PAA e da produção orgânica.

Contexto institucional e transversalidade climática

Como estas referências foram usadas

As fontes abaixo complementam as bases estatísticas da página anterior. Elas fundamentam a jornada municipal, os diagnósticos temáticos e a leitura das mudanças climáticas como dimensão transversal dos sistemas alimentares.

Jornada e desenho institucional

- **MDS — Estratégia Alimenta Cidades chega a mais de mil municípios.** Apresenta o novo ciclo, o protagonismo municipal e a jornada estruturada de apoio técnico e implementação. [Acessar fonte:](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-de-senvolvimento-social/estrategia-alimenta-cidades-chega-a-mais-de-mil-municipios/)
<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-de-senvolvimento-social/estrategia-alimenta-cidades-chega-a-mais-de-mil-municipios/>
- **MDS — Expansão da Estratégia Alimenta Cidades.** Detalha objetivos, pilares, mentorias temáticas, inovação aberta e integração entre sistemas alimentares e agenda climática. [Acessar fonte:](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-de)
<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-de>

[envolvimento-social/estrategia-alimenta-cidades-ira-contemplar-ate-mil-municipios-a-partir-de-2026/](#)

- **Capacita MDS — Jornada Alimenta Cidades.** Percurso formativo destinado aos pontos focais dos municípios homologados, com apoio ao desenvolvimento de capacidades de articulação e implementação. [Acessar fonte](#)

Origem temática: agenda das mentorias do Alimenta +1000 Cidades e registros das oficinas regionais de Salvador, Brasília e Belém (2026).

Transversalidade climática

- **Instituto Comida do Amanhã e ICLEI América do Sul — Política alimentar e crise climática.** Referência conceitual sobre adaptação municipal, resiliência dos sistemas alimentares e integração entre alimentação, clima e justiça social. [Acessar fonte](#): <https://comidadoamanha.org/politica-alimentar-e-crise-climatica-estrategias-municipais-de-adaptacao/>
- **PNUMA — Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos 2024.** Estimativas globais, metodologia de medição e redução do desperdício em varejo, serviços de alimentação e domicílios. [Acessar fonte](#): <https://www.unep.org/pt-br/resources/publicacoes/relatorio-do-indice-de-desperdicio-de-alimentos-2024>
- **CAISAN-RS — Segurança Alimentar e Nutricional, mudança climática, transição justa e reconstrução.** Evidências sobre resposta descentralizada e atuação de cozinhas solidárias nas enchentes de 2024. [Acessar fonte](#): <https://social.rs.gov.br/upload/arquivos/202607/08112539-09142923-relatorio-caisan-9-5-final-revisado-ok2-2-atualizado.pdf>
- **MDS — Marco de Referência sobre Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas.** Referência transversal para relacionar sistemas alimentares, mitigação, adaptação, justiça climática e desenho de políticas públicas. [Acessar fonte](#): <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/marco-de-referencia-sobre-sistemas-alimentares-e-clima-para-politicas-publicas>

O que se espera das propostas

Além de responder ao desafio principal, a proposta deve explicar como reduz vulnerabilidades climáticas, evita novos impactos ambientais e fortalece a capacidade de adaptação do sistema alimentar local — de modo proporcional à natureza e ao alcance da solução.

